

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	3
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	7
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	10
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	12
INVESTIMENTOS	22
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	23
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	23
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	24
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	24
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....	31
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	32
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	34
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	35
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	36
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	37
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	38
1. CONTEXTO OPERACIONAL	38
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	39
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	42
4. DAS CONCESSÕES	44
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	45
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	46
7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	46
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	48
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	49
10. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	50
11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	51
12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	52
13. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	52
14. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	52
15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	53
16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	56
17. FORNECEDORES	61
18. TRIBUTOS.....	61
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	62
20. ENCARGOS SETORIAIS.....	67
21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	67
22. PROVISÃO PARA LITÍGIOS	72
23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	79
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	80
25. RECEITA.....	83
26. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	84
27. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	84
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	86
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	86
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	89
31. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	95
32. SEGUROS.....	97
33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	98
34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E EXTRAORDINÁRIO	98
35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	98
36. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	99
37. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	106
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	109
PARECER DO CONSELHO FISCAL	115

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações contábeis regulatórias e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A persistência das dificuldades no ambiente macroeconômico em 2016 continuaram a exigir das companhias brasileiras um grande esforço de gestão, e no nosso caso em especial, tendo que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Entretanto, entendemos que esses períodos econômicos são cíclicos e a Companhia está fazendo os ajustes necessários, neste momento de instabilidade, para aumentar a sua solidez financeira e operacional.

Mesmo com investimentos expressivos em 2016, conseguimos reduzir a nossa dívida em 2016, o que demonstra o esforço de gestão na redução da alavancagem da Companhia. Ainda temos um volume relevante de dívidas com vencimento nos próximos dois anos, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos.

Essa mesma disciplina financeira na gestão da dívida também faz parte da busca da melhoria da eficiência operacional. Os nossos custos gerenciáveis com serviços de terceiros, materiais e outros apresentaram redução em 2016. No que se refere aos custos de pessoal, implementamos um programa de desligamento voluntário que teve a adesão de aproximadamente 600 empregados e que contribuirá para a redução na nossa despesa nos próximos anos.

Tivemos um aumento da nossa inadimplência em 2016, resultado principalmente do ambiente macroeconômico desfavorável, mas já iniciamos uma grande campanha de negociação de débitos com nossos clientes, que certamente trará resultados positivos em 2017.

Tivemos prejuízo em 2016, no valor de R\$436 milhões, decorrente principalmente do custo financeiro da nossa dívida e dos ajustes para perdas relevantes para créditos de liquidação duvidosa, conforme comentamos anteriormente. Temos a expectativa que a redução na taxa de juros, com menor custo financeiro, e as medidas de eficiência operacional, já nos permitam reverter esse quadro em 2017.

Temos a expectativa que o ano de 2017 represente uma mudança de ciclo, um ambiente macroeconômico mais favorável, com aumento na confiança dos investidores e da sociedade, com a consequente melhoria no ambiente de investimentos.

Essa expectativa já se materializa na redução nas taxas de juros, o que traz benefícios na diminuição do custo financeiro da nossa dívida e também melhora a expectativa com relação às condições financeiras das rolagens e captações de recursos futuras.

O crescimento econômico do País tem como efeito positivo direto para o nosso negócio de distribuição uma expectativa de melhoria no mercado de energia. Em 2016, investimos mais de R\$ 1 bilhão na área de concessão da Cemig Distribuição, lembrando que esses investimentos expressivos nos últimos anos farão parte do processo de revisão tarifária previsto para 2018.

Apesar de todos os desafios, continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. A Cemig, controladora da Cemig D, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, ressaltamos mais uma vez a nossa confiança no futuro e na nossa capacidade de gestão para concluirmos a implementação dos ajustes necessários que aumentarão a solidez financeira da Cemig D.

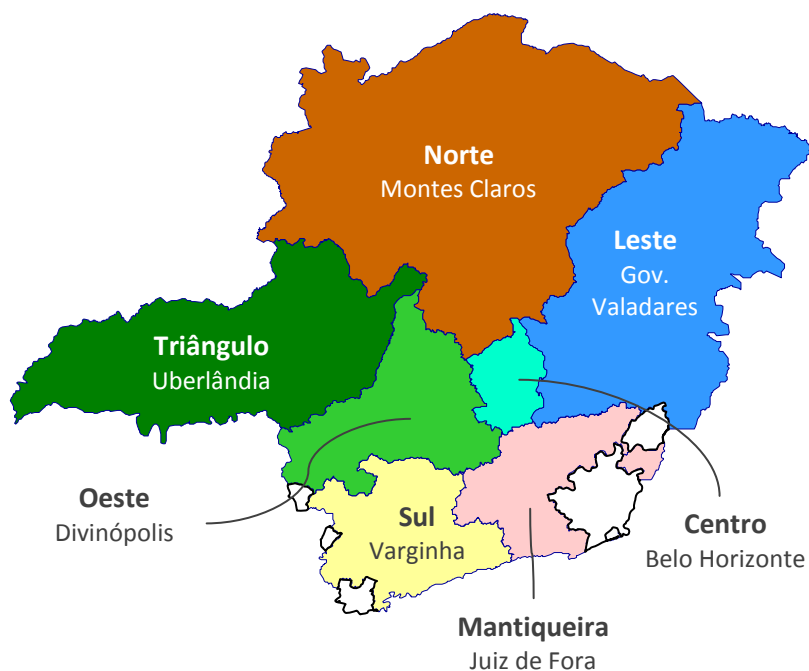
Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas diretos e indiretos e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 515.069 km de redes de distribuição (102.301 km em área urbana e 396.326 km de redes rurais) e 16.442 km de linhas de distribuição, com 8.259 milhões de consumidores faturados em 2016.

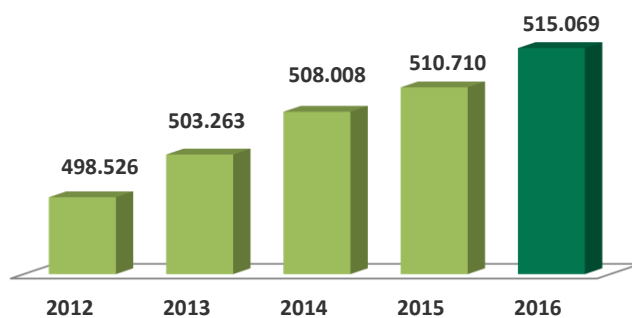
A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em 2016 (6.689.365 consumidores) 10% são consumidores de baixa renda.

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Redes de Subtransmissão e Distribuição (Km)



A Cemig D distribui energia elétrica em 774 dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, o que representa uma abrangência de 90,7% do total do Estado. A Cemig D distribuiu em 2016 energia elétrica para 94,2% dos consumidores do Estado de Minas Gerais. Também atende 710 consumidores livres no Estado.

Foram realizadas, no ano de 2016, 180.355 novas ligações com destaque 159.504 residenciais, 2.169 comerciais e 15.284 rurais. Em 2016, a Cemig D atingiu um total de 8.259.994 consumidores atendidos, número 2,23% superior ao de 2015.

Classe	Número de Consumidores				
	2016	2015	2014	2013	2012
Clientes Cativos					
Residencial	6.691.673	6.532.169	6.445.960	6.249.373	6.032.910
Industrial	74.535	75.085	77.132	76.864	77.170
Comercial	716.602	714.433	719.955	709.428	690.627
Rural	694.026	678.742	687.778	670.529	660.138
Poder público	63.483	62.854	62.164	60.463	60.457
Iluminação pública	5.667	4.146	4.027	3.861	3.467
Serviço público	12.548	11.038	10.389	9.788	9.195
Sub-Total	8.258.534	8.078.467	8.007.405	7.780.306	7.533.964
Variação %	2,23	0,89	2,92	3,27	2,70
Clientes Livres					
Industrial	443	310	308	301	291
Comercial	264	109	106	101	92
Concessionária (Distribuidora)	3	3	3	3	3
TOTAL	8.259.244	8.078.889	8.007.822	7.780.711	7.534.350
Variação %	2,23	0,89	2,92	3,27	2,70

Comportamento do mercado

	Mercado Atendido - GWh				
	2016	2015	2014	2013	2012
Energia Faturada	26.244	26.746	27.308	25.915	24.875
Fornecimento	25.886	26.416	26.973	25.609	24.599
Residencial	9.916	9.830	10.014	9.473	8.871
Industrial	3.195	3.757	4.077	4.045	4.174
Comércio, Serviços e Outros	5.712	6.027	6.031	5.693	5.438
Rural	3.575	3.380	3.390	3.028	2.857
Poder Público	886	892	891	861	831
Iluminação Pública	1.350	1.326	1.298	1.267	1.242
Serviço Público	1.252	1.204	1.272	1.242	1.186
Suprimento Agente Distribuição	358	330	335	306	276
Uso da Rede Distribuição					
Consumidores Livres	16.929	15.341	17.113	19.319	19.657
Industrial	16.338	14.896	16.659	18.862	19.258
Comercial	591	445	454	457	399
Total	43.173	42.087	44.421	45.234	44.532
Variação %	2,58	(5,25)	(1,80)	1,58	(0,18)

A distribuição de energia da Cemig D no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 43.173 GWh (42.087 GWh em 2015). O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o industrial.

A energia total dessa classe representa 45,2% do volume de energia distribuída da Cemig D e totalizou 19.533 MWh, no ano de 2016, com aumento de 4,72%, em relação ao de 2015, principalmente pela significativa retomada de atividade do setor de Metalurgia/Ferroligas.

O consumo residencial representa 22,97% da energia distribuída pela Cemig D e totalizou 9.916 GWh, com acréscimo de 0,87% no período de janeiro a dezembro de 2016, frente a igual período do ano anterior. O consumo médio mensal por consumidor no ano de 2016 foi de 124,6 kWh/mês, o que corresponde a uma redução de 1,4% comparativamente ao de 2015 (126,3 kWh/mês). Observa-se, no período, a queda do nível da renda familiar e a elevação da taxa de desemprego.

Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição

R\$ mil	2016 Realizado	2017 Projetado	2018 Projetado	2019 Projetado	2020 Projetado	2021 Projetado
Plano de Investimentos 2017	919.426	1.858.302	1.322.634	655.138	1.010.401	1.281.667

R\$ mil	2016 Projetado	2017 Projetado	2018 Projetado	2019 Projetado	2020 Projetado
Plano de Investimentos 2016	1.650.514	1.769.056	2.174.784	1.780.498	1.672.238

Varição %	(44,29)	5,04	(39,18)	(63,20)	(39,58)
-----------	---------	------	---------	---------	---------

A diferença entre o projetado e realizado do ano de 2016 se deve pelo atraso na realização dos investimentos.

Em relação à projeção dos próximos anos, a diferença é motivada pela adequação à capacidade de investimentos da Distribuidora.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão do Grupo Cemig

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação dos contratos de concessão

Os contratos de concessão de distribuição da Cemig D foram prorrogados por mais 30 anos, agora consolidados em apenas um, conforme termos da Lei nº 12.783/13. A prorrogação, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira começam a ser avaliados ao término de 2017 e a meta para esse ano é que a distribuidora tenha um LAJIDA maior ou igual à zero. Importante ressaltar que esse resultado tem que se manter também nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Em relação aos indicadores de qualidade do serviço prestado, a ANEEL, a partir de 2016, iniciou a avaliação anual da duração (DECI) e da frequência (FECI) das interrupções ocorridas no sistema de distribuição de energia elétrica.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

O reajuste tarifário anual da Cemig D foi transferido de 8 de abril para 28 de maio a partir de 2016. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de price-cap.

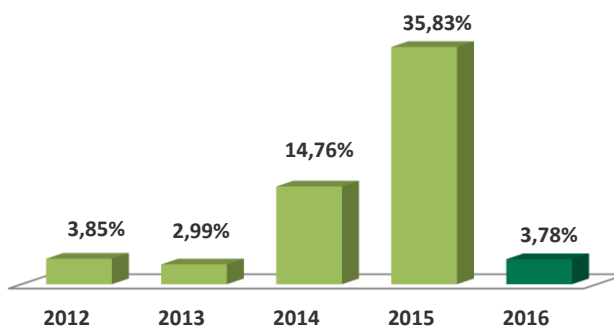
A ANEEL homologou o índice médio de reajuste de 3,78% para vigorar a partir de 28 de maio de 2016, com vigência até 27 de maio de 2017.

O aumento para o consumidor residencial foi de 4,21%. Para os consumidores industriais e do setor de serviços, atendidos em média e alta tensão, o aumento médio percebido foi de 2,06%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o aumento médio foi de 4,63%.

Do valor cobrado na fatura, 21,4% fica com a Cemig Distribuição para remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária. Essa parcela é chamada de Parcela B. Os demais 78,6% são repassados para cobrir a Parcela A, composta pela compra da energia (28,7%), encargos setoriais (18,3%), encargos de transmissão (2,9%), além dos tributos, representados pelo ICMS (22,1%) e PASEP/COFINS (6,5%).

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig, mais de 689 mil consumidores são rurais e cerca de 724 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

Reajustes Tarifários



Obs: O reajuste tarifário de 2015 está composto de 7,07%, em vigor a partir de 08 de abril de 2015 e 28,76% de reajuste extraordinário em vigor a partir de 02 de março de 2015.

Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um sistema instituído pela ANEEL para sinalizar aos consumidores as condições e os custos reais da geração de energia elétrica no mês de consumo, permitindo que o cliente responda de forma mais racional ao preço da energia. O mecanismo entrou em vigor em janeiro de 2015.

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias é feito pelas distribuidoras para a Conta Centralizadora, gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os recursos disponíveis nessa conta são repassados para as distribuidoras, conforme a necessidade de cobertura dos custos com geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

Além do sinal tarifário, o Sistema de Bandeiras Tarifárias está sendo um importante mecanismo para mitigar o descasamento entre despesa e cobertura tarifária de compra de energia.

Em função da melhoria do nível dos reservatórios durante o ano de 2016, ocorreu uma redução nos encargos das bandeiras nesse ano. Em 2015 recebemos R\$1.066 milhões de recursos das bandeiras em comparação a R\$360 milhões em 2016.

Gestão das Perdas

O Índice de Perdas Totais da Distribuição em 2016 foi de 13,52% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição (acréscimo de 1,83% em relação ao valor de 2015) sendo a meta regulatória estabelecida para o final de 2016 de 10,92%.

As Perdas Totais da Distribuição são compostas pelas Perdas Técnicas mais as Perdas Comerciais (Perdas Não Técnicas). O Índice de Perdas Técnicas em 2016 foi de 9,56% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição (acréscimo de 0,66% em relação ao valor realizado em 2015) para uma meta regulatória de 7,84%.

Para ter um nível de Perdas Técnicas regulatórias mais aderentes às reais características do sistema elétrico da Cemig D na próxima revisão tarifária (2018), foi instituído desde 2014 um grupo de trabalho que tem conduzido diversos estudos e trabalhado na implementação da nova metodologia de cálculo de Perdas Técnicas válida para o 4º CRTP (módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica - Prodist).

O aumento das Perdas Comerciais em 2016 foi impulsionado pelo cenário macroeconômico desfavorável com alta da inflação e do desemprego associado aos reajustes.

Em 2016, visando coibir o aumento das Perdas Comerciais e educar a população sobre os diversos prejuízos causados pelas irregularidades, a Cemig realizou vários mutirões de inspeções em pontos estratégicos de Belo Horizonte e do interior do estado, com atuação simultânea da mídia e divulgação de várias notícias a partir dos diferentes meios de comunicação (mídia escrita, rádio e televisão).

Adicionalmente, foram implementadas melhorias nos softwares de seleção de alvos de inspeção, aperfeiçoamentos na qualidade do processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, sendo que a Cemig mantém desde 2012 uma estrutura dedicada de telemedição, a partir do seu Centro Integrado de Medição, que possibilita o monitoramento remoto de cerca de 13 mil grandes clientes que representam cerca de 45% do faturamento da companhia.

Outra ação importante para mitigação de Perdas Comerciais diz respeito ao programa de modernização do parque de medição dos consumidores em todo o estado. Em 2016, a partir desse programa, 153 mil medidores obsoletos e depreciados foram substituídos por medidores novos com tecnologia eletrônica, permitindo uma medição mais precisa e reduzindo a susceptibilidade à realização do furto de energia nesses equipamentos.

Balço Energético

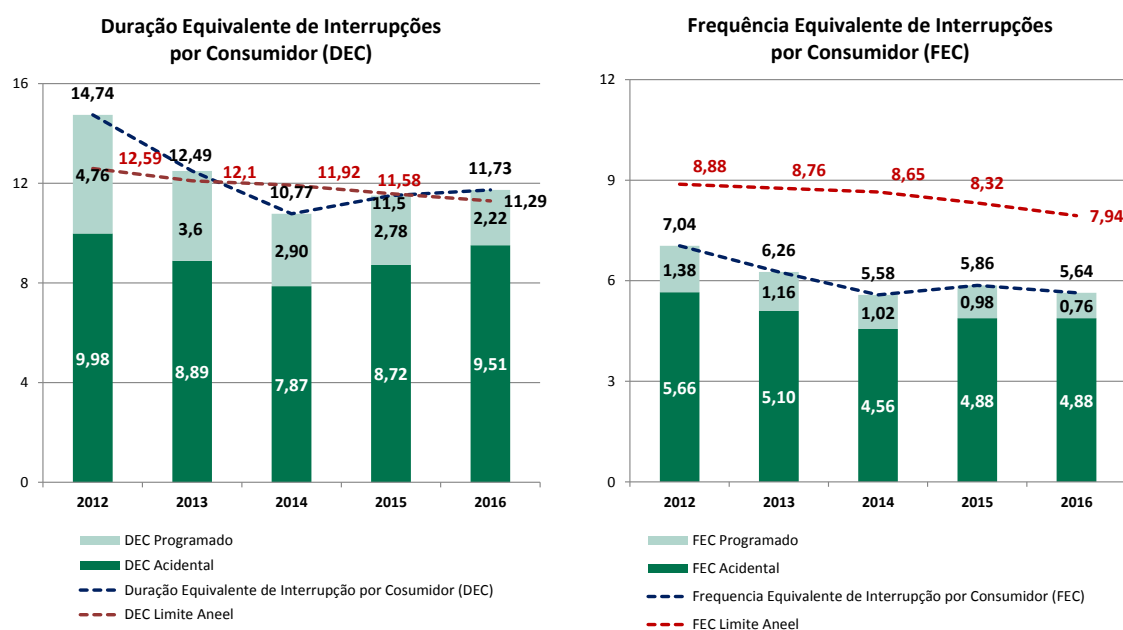
As perdas totais de energia sobre a energia requerida manteve-se estável no exercício de 2016 em comparação a 2015, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia					
Fornecimento	24.599.436	25.609.816	26.973.079	26.415.817	25.885.245
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	19.933.209	19.445.337	17.448.476	15.670.990	17.381.808
Mercado Atendido	44.532.645	45.055.153	44.421.555	42.086.807	43.267.053
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	5.898.293	5.853.461	5.816.560	5.933.209	6.198.632
Perdas Técnicas	4.783.516	4.748.328	4.658.483	4.480.759	4.383.053
Perdas não Técnicas - PNT	1.114.777	1.105.133	1.158.077	1.452.450	1.815.579
PNT / Energia Requerida Total %	2,19%	2,15%	2,28%	2,99%	3,63%
Perdas Totais - PT	6.316.584	6.290.490	6.281.740	6.461.472	6.723.437
PT / Energia Requerida Total %	12,42%	12,25%	12,39%	13,31%	13,45%
Energia Requerida Total	50.849.229	51.345.644	50.703.295	48.548.278	49.990.490

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente Interrupções por Consumidor).



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 156 Agências e 622 Postos de Atendimento. Em 2016 foram registrados 9,76 milhões de contatos através deste canal.

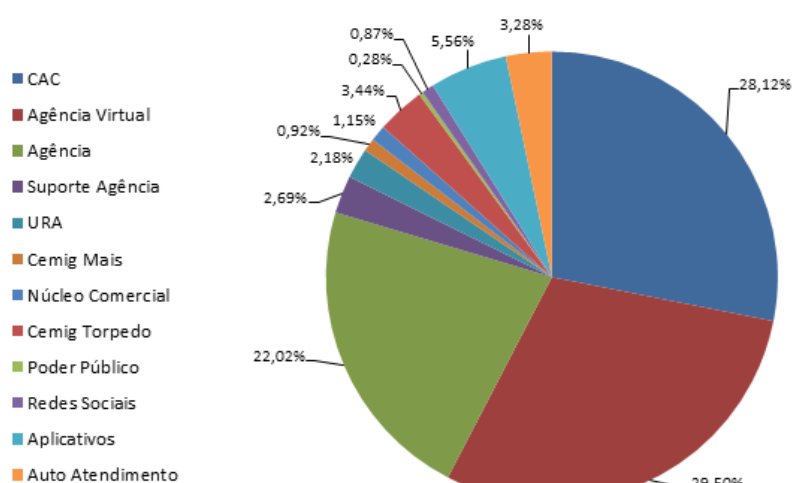
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2016 foi de 11,1 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2016 foram recebidas 1,36 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e IOS.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2016 mais de 11,6 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve mais de 39,5 milhões de atendimentos em 2016, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

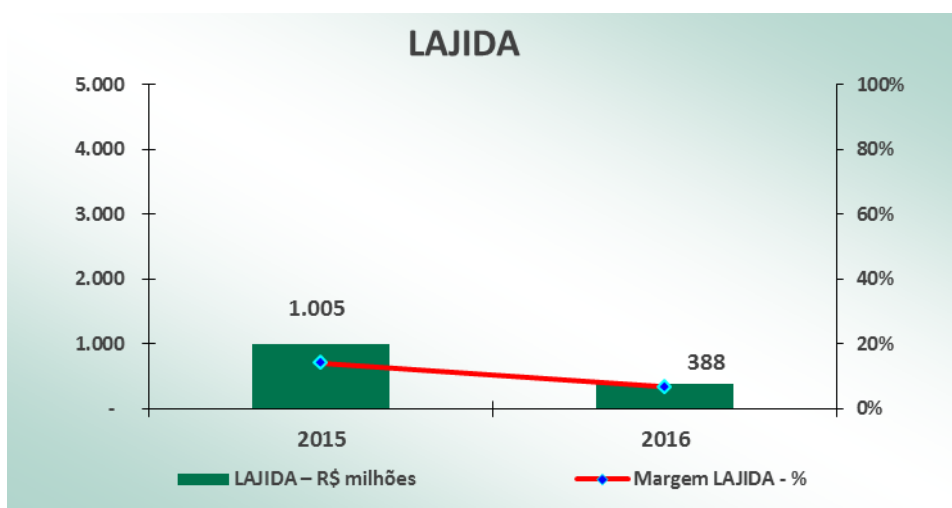
Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2016, um prejuízo de R\$436 milhões em comparação ao prejuízo de 163 milhões no exercício de 2015. As principais variações na comparação dos resultados de 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição em 2016 apresentou uma redução de 61,39% em comparação com 2015.

LAJIDA - milhões	2016	2015	Var %
Resultado do Exercício	(436)	(163)	167,48
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(161)	(19)	747,37
+ Resultado Financeiro Líquido	335	568	(41,02)
+ Amortização	650	619	5,01
= LAJIDA	388	1.005	(61,39)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis Regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 8,86% em 2015 para 4,09% em 2016. As principais variações que afetaram o LAJIDA estão demonstradas na sequência destas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

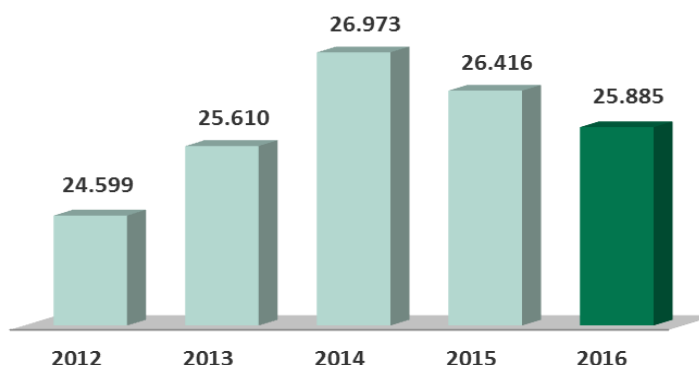
Receita Bruta	R\$ Mil	
	2016	2015
Fornecimento - Faturado	9.415	9.595
Energia Elétrica de Curto Prazo	1	50
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	9.179	8.161
Consumidores Cativos	7.438	6.661
Consumidores Livres	1.741	1.500
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	(1.618)	1.963
Fornecimento não faturado	(166)	259
Constituição e Amortização – Ativos Financeiros Setoriais	(1.452)	1.704
Serviços Cobráveis	6	13
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.001	996
	130	
Outras Receitas	-	185
Total	18.114	20.963

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (compreende a Receita de Fornecimento Faturado e Não Faturado e Receita com Consumidores Cativos) foi de R\$16.687 milhões em 2016, em comparação a R\$16.515 milhões, no mesmo período de 2015, representando um aumento de 1,04%. Os principais impactos na Receita em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- Redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- Redução de 2,01% no volume de energia vendida.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh Mil (1)		
	2016	2015	Var %
Residencial	9.916	9.830	0,87
Industrial	3.195	3.757	(14,96)
Comércio, Serviços e Outros	5.711	6.027	(5,24)
Rural	3.575	3.380	5,77
Poder Público	886	892	(0,67)
Iluminação Pública	1.350	1.326	1,81
Serviço Público	1.252	1.204	3,99
Total	25.885	26.416	(2,01)

(1) Informações sobre MWh não foram auditadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 14,96% na energia vendida para o segmento industrial principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 5,77% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.741 milhões, comparada a R\$1.500 milhões em 2015, o que representou um aumento de 16,07%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede em 2016 decorreram dos seguintes fatores:

- Impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);

- Redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- Aumento de 10,92% no volume de energia distribuída devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

Ativos Financeiros Setoriais

A Companhia reconhece em suas Demonstrações Contábeis Regulatórias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma redução da receita operacional de R\$1.452 milhões em 2016 em comparação a um aumento da receita no valor de R\$1.704 milhões em 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um passivo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído aos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demais Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram redução de 8,52% nos períodos comparados (R\$1.138 milhões em 2016, em comparação a R\$1.244 milhões em 2015) decorrente, principalmente, da redução de R\$49 milhões na receita oriunda de transações de energia elétrica no curto prazo compensado pelo aumento R\$33 milhões em outras receitas.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$8.620 milhões em 2016 comparados a R\$9.620 milhões em 2015, uma redução de 10,40%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.040 milhões em 2016 comparados a R\$2.845 milhões em 2015. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$360 milhões em 2016, em comparação a R\$1.067 milhões em 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2016 de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A”

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.260 milhões em 2016 comparados a R\$6.993 milhões em 2015, uma redução de 24,78%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 36,90% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$2.586 milhões no exercício de 2016, comparados a R\$4.098 milhões no exercício de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 34,03% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$1.144 milhões no exercício de 2016, comparados a R\$1.734 milhões no exercício de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês em 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016;
- Redução de 19,91% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$680 milhões em 2016 e R\$849 milhões em 2015).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$760 milhões em 2016 comparados a R\$813 milhões em 2015, representando uma redução de 6,52%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custos Gerenciáveis – Parcela “B”

Os custos gerenciáveis – Parcela “B” foram de R\$3.717 milhões em 2016 em comparação com R\$3.150 milhões em 2015, representando uma redução de 18,00%. Os itens que apresentaram as maiores variações estão apresentados abaixo:

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$544 milhões em 2016 comparados a R\$209 milhões em 2015, aumento de 160,29%.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$381 milhões em 2016 em comparação a R\$175 milhões em 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo aumento nas tarifas e também pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.387 milhões em 2016 comparados a R\$1.216 milhões em 2015, representando um aumento de 14,06%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- Reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2016);
- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$64 milhões.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2016 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$354 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$568 milhões em 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Aumento de 29,73% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$713 milhões em 2016 comparados a R\$550 milhões em 2015. Este resultado decorre do aumento em 2016 do custo da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 14,06% em 2016 em comparação a 13,23% em 2015;
- Redução nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante de R\$34 milhões em 2016 comparados a R\$168 milhões em 2015. Este resultado decorre, substancialmente, da menor variação do Dólar em 2016 (desvalorização de 16,54% em 2016 em comparação à valorização de 47,01% em 2015).
- Aumento do resultado líquido (receita) de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$204 milhões em 2016 comparados a R\$68 milhões em 2015. O aumento dessa receita deve-se, principalmente, a ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.
- Redução de 37,73% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$170 milhões em 2016 comparados a R\$273 milhões em 2015. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (6,29% em 2016 em comparação a 10,67% em 2015);

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na nota explicativa nº 28 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, em 2016, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$161 milhões em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$597 milhões, representando um percentual de 26,91%. Em 2015, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$19 milhões em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$181 milhões, representando um percentual de 10,28%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 11 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$35.685 milhões. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$426 milhões, em comparação com R\$319 milhões em 31 de dezembro de 2015. As razões para esta variação estão apresentadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2016, nem o caixa, nem os equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2016 e 2015 totalizou R\$1.426 milhões e R\$600 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2016, em comparação a 2015, deve-se, principalmente, à redução na saída de caixa em 2016 para cobrir os custos não gerenciáveis da Parcela A, considerando a menor despesa com energia elétrica verificada em 2016 em função principalmente do desligamento de termelétricas e também do menor preço verificado no mercado atacadista.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

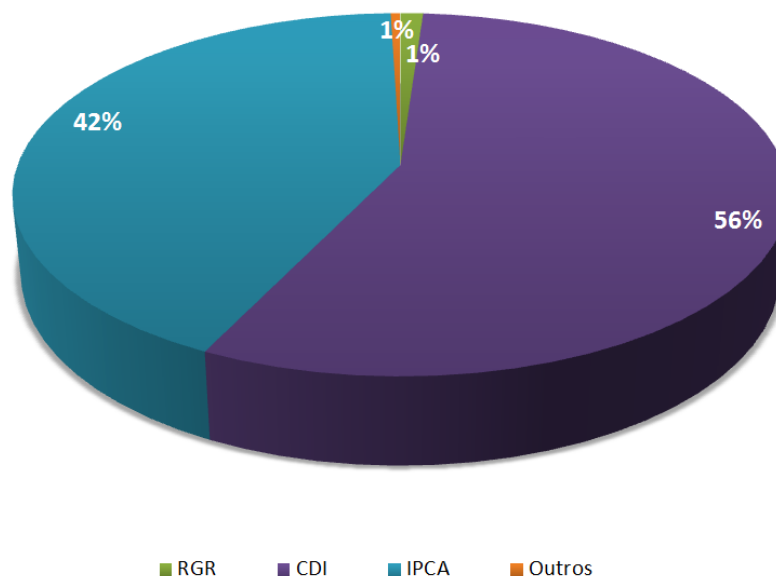
O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2016 e 2015 totalizou, respectivamente, R\$1.018 milhões e R\$1.079 milhões. A redução nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2016, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, do menor volume de recursos aplicados em Títulos e Valores mobiliários em 2016.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$301 milhões, decorrente da amortização de R\$2.873 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$87 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$2.250 milhões de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$484 milhões, decorrente da captação de R\$2.469 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$1.968 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$117 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2016

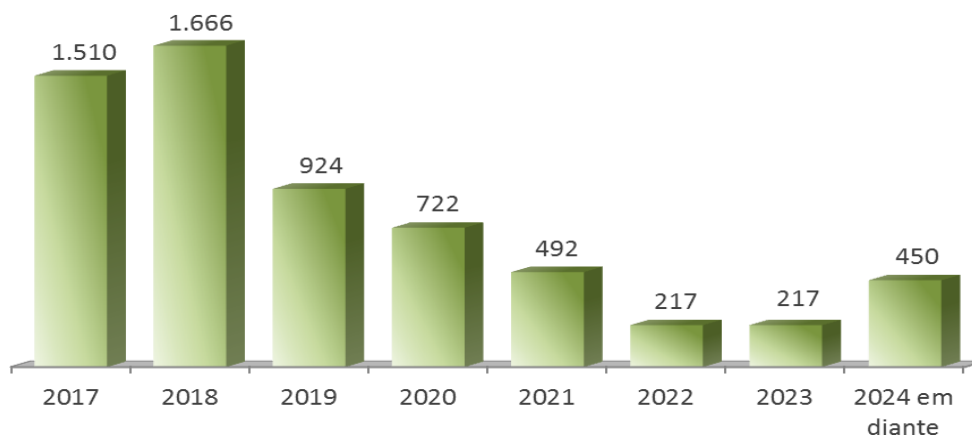


A composição da dívida da Cemig Distribuição é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira, atualmente praticamente inexistente. O custo médio da dívida da Cemig D é de 8,06% a.a. (Custo Real) e de 15,87% a.a. (Custo Nominal), a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo seu Estatuto Social, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$6.198 milhões, representa uma redução em relação ao valor de 2015, de R\$7.020 milhões. Essa variação negativa demonstra o esforço da gestão na redução do endividamento da Cemig D. A dívida tem um prazo médio de 3,2 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2016 (R\$ milhões)



A Cemig continua tendo grande parte de sua dívida vencendo no curto prazo, em razão das condições de mercado dos últimos anos, mais restritas. Estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos.

No ano de 2016, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig D seguindo a deterioração do quadro econômico no país. A Standard & Poor's rebaixou o rating da empresa de brAA- para brBBB+ na classificação nacional e de BB para B+ na classificação global. A Fitch também rebaixou o rating da empresa de AA-(bra) para A(bra) na classificação nacional. Já a Moody's rebaixou, em fevereiro, o rating da empresa de Aa2.br para Baa1.br na classificação nacional e de Ba1 para B1 na classificação global.

INVESTIMENTOS

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) representarão investimentos na ordem de R\$4,7 bilhões.

Em 2016, os investimentos foram de R\$844 milhões, sendo R\$216 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R\$601 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R\$27 milhões em outros projetos.

Além desses expressivos valores referente aos investimentos, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

Expansões do Sistema Elétrico – Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Dos investimentos em alta tensão, foram construídas e/ou ampliadas 21 subestações e construídos, 4.077 km e 282 km de Linhas de Distribuição de Média e Alta Tensão, respectivamente.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2016				
	2014 Realizado	2015 Realizado	2016 Realizado	2017 Projetado	2018 Projetado	2019 Projetado	2020 Projetado	2021 Projetado
AIS Bruto	1.136.774	995.238	919.426	1.858.301	1.322.635	655.139	1.010.402	1.281.668
Transformador de Distribuição	151.871	269.451	174.592	294.903	311.043	145.188	164.033	181.158
Medidor	73.830	78.937	59.370	104.981	110.727	51.685	58.393	64.490
Redes Baixa Tensão (<2,3kV)	685.553	390.676	387.178	724.204	763.840	356.543	402.821	444.875
Redes Média Tensão (2,3kV a 44kV)	30	279	1.398	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69kV)	17.829	37.274	28.005	-	676	-	2.290	-
Redes Alta Tensão (88kV a 138kV)	49.370	76.390	87.358	308.306	68.608	87.704	153.653	193.931
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	745	47	863	-	1.252	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69kV)	51.690	33.313	16.097	28.751	8.594	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88kV a 138kV)	85.829	70.514	115.024	366.692	46.765	5.192	220.385	391.073
Subestações Alta Tensão (primário >=a 230kV)	29	59	443	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	19.998	38.298	49.098	30.464	11.130	8.827	8.827	6.141

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2016, foram realizadas 32 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2015 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2016	% em relação à auditoria	2015	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:	450	100,00	402	100,00
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL	17	4,00	22	5,47
Total Geral	467	104,00	424	105,47

Os serviços adicionais foram contratados para o período de abril de 2015 a março de 2017, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e

Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos na Cemig vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC, que tem como principais atribuições: (i) Recomendar, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes e procedimentos a serem adotados no Processo de Monitoramento de Riscos Corporativos, visando a eficácia e a melhoria contínua do processo; (ii) Monitorar continuamente o cenário em que a Empresa está inserida e a matriz de riscos corporativos da Empresa, visando identificar os principais riscos e recomendar ações mitigadoras prioritárias a serem propostas à Diretoria Executiva; e (iii) Acompanhar a estrutura de controles internos e ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos estratégicos da CEMIG .

Em março de 2016, a estrutura de gestão de riscos da Empresa foi reforçada com a criação da Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos, seguindo as tendências de normas e melhores práticas nacionais e internacionais de valorização do assunto. Esta superintendência, subordinada à Presidência, tem como principais atribuições: desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar. Ainda neste ano, foram mapeados os Top Risks (riscos priorizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração) e foi atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig D um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig D utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

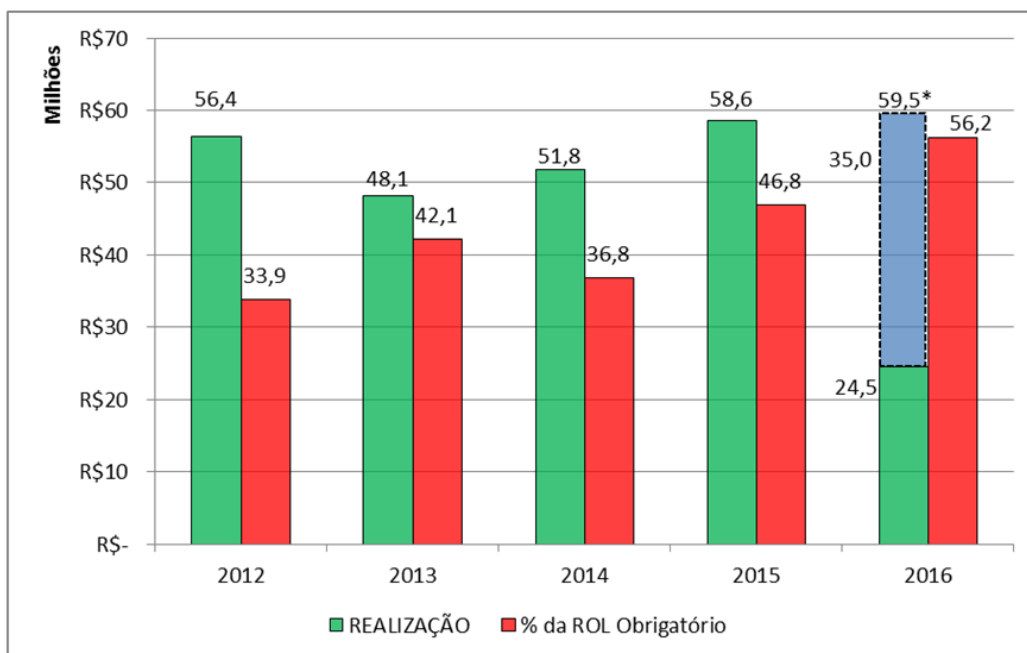
Nos últimos 3 anos a Cemig Distribuição investiu mais de 50 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2016, foram executados mais de 40 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 10 milhões de reais.

Destacam-se os projetos para teste e diagnóstico básico de transformadores de distribuição de poste com proteção operada, sem desconexão da rede de Baixa tensão e o projeto de desenvolvimento de soluções inovadoras para viabilização de agências de atendimento com soluções automatizadas para os consumidores da Cemig, incluindo pessoas com diferentes tipos de necessidades especiais.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual mínimo da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética, além da publicação anual de uma Chamada Pública de Projetos, aonde a sociedade tem a oportunidade de apresentar propostas a serem realizadas com o recurso da Eficiência Energética.



*Foram disponibilizados R\$ 35 milhões na Chamada Pública de Projetos 2016, elevando o valor total disponibilizado para projetos de Eficiência Energética para R\$ 59,5 milhões.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2016 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: Por meio do Programa de Subvenção, a Cemig concede 25% de desconto nas faturas de energia elétrica a instituições que prestam serviços de filantropia. Em 2015, 1.050 entidades foram beneficiadas com o Programa, totalizando R\$7,8 milhões em desconto em contas de energia.

O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Em 2015, aproximadamente 195 instituições receberam R\$48 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2016/2017 envolveu a participação de 1.509 empregados voluntários da Cemig D, destinando recursos para 101 municípios com o intuito de beneficiar 199 instituições. O montante destinado pelos empregados foi de R\$767 mil, com atendimento de aproximadamente 25.000 crianças e adolescentes.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2016 foi superior a R\$ 23 milhões, com uma economia de energia de 8.292 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 3.302 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos o Projeto Conviver, iniciado em 2006. O Projeto Conviver orienta clientes de baixa renda sobre ações e medidas de eficiência energética. São dois os projetos em andamento: Conviver Solar I e II. Nestes projetos, foram beneficiadas 2.264 famílias residentes em conjuntos habitacionais de baixa renda e houve substituição de 11.320 lâmpadas, totalizando um investimento de cerca de R\$ 8,2 milhões ao longo de sua implementação, sendo R\$ 594 mil em 2016. A economia de energia foi de 1.303 MWh/ano e a redução de demanda na ponta, de 1.033 kW.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R\$ 15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras

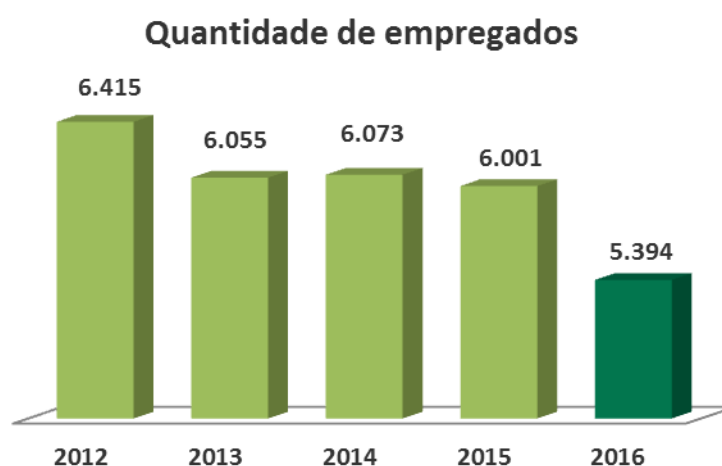
a serem iluminados, previstos no projeto, 65 foram concluídos e 24 encontram-se em execução. Foram investidos R\$ 6 milhões em 2016.

Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

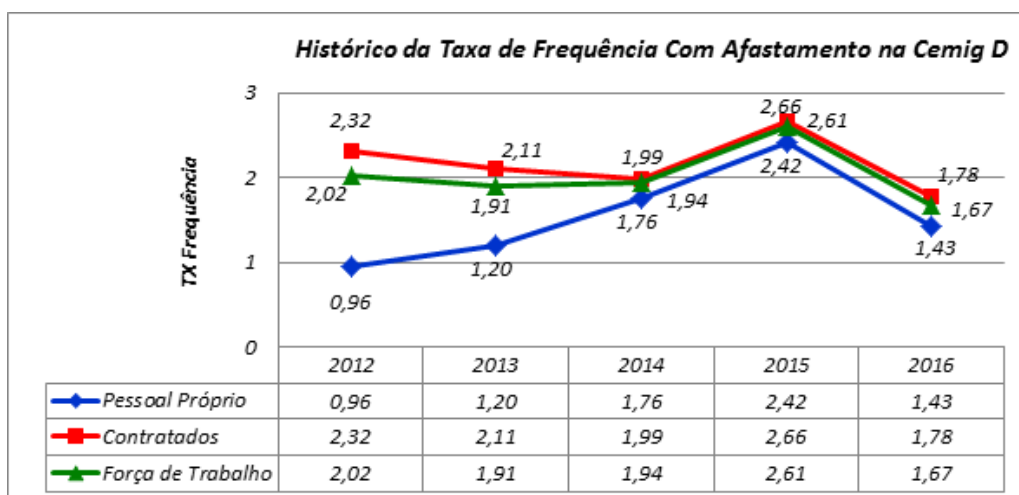
Quadro de empregados

A Companhia apresenta uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.415 empregados em 2012 para 5.394 em 2016, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em decorrência das diversas ações e programas da Companhia voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, os indicadores de acidentes apresentaram uma redução significativa nos últimos anos. Em 2016, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA, relativa à força de trabalho, fechou em 1,67 acidentes por 1 milhão de horas trabalhadas, 36% menor que em 2015, ficando 21,96% abaixo do limite de 2,14.



Ao compararmos os resultados de 2016 com os resultados obtidos em 2015, tivemos uma redução na TFA de 40,91% para Pessoal Próprio e 33,08% para Pessoal Contratado. Diversas ações foram realizadas, de forma a possibilitar os excelentes resultados registrados em 2016, onde se destacam:

- ✓ Filiação à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS;
- ✓ Criação do Grupo Integrado de Prevenção de Riscos de Acidentes de Trabalho;
- ✓ Implementação, em abril de 2016, do Plano Integral de Prevenção de Riscos e Acidentes de Trabalho, elaborado pela OISS, com o objetivo de atingir a “Meta Zero de Acidentes Graves, Fatais, e de Afastamento do Trabalho Superior a 15 dias”.

UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Para o ano de 2016, em função do cenário econômico e da crise do setor energético brasileiro, com consequente redução dos recursos financeiros, a estratégia adotada foi de atendimento de demandas prioritárias ao negócio da Empresa, tais como os cursos sobre segurança, os que impactam diretamente na eficiência operacional e os que atendem a requisitos legais.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2016, 4.039 participações e 87.839 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e também para treinamento de empregados de outras empresas.

Meio Ambiente

Em 2016, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$20,8 milhões. Destes, R\$468 mil foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig D possui 68,66% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 31,34% em processo de licenciamento.

Gestão de Resíduos

A logística reversa e a destinação final de resíduos são feitas por área certificada em Sistema de Gestão Ambiental – SGA Nível 1, que recebe os resíduos devidamente identificados, separados e acondicionados pelas áreas que os geraram. Dentre as várias ações da Companhia em relação à gestão de resíduos destacamos:

No exercício de 2016, foram encaminhadas para destinação ambientalmente adequada aproximadamente 45 mil toneladas de resíduos industriais: 99,4% foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 0,6% coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial. A receita obtida com a venda de 45,5 mil toneladas alcançou R\$ 10,9 milhões.

Os resíduos alienados são constituídos principalmente por cabos e fios, sucata de transformadores, sucatas metálicas, sucata de medidores, postes, cruzetas, aparas e resíduos de madeira.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Em 2016 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Geber Soares de Oliveira
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Agostinho Faria Cardoso
Antônio Dirceu Araújo Xavier	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães Junior	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antonio Carlos de Andrada Tovar
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Otávio Silva Camargo
Marcelo Gasparino da Silva	Aloísio Macário Ferreira de Souza
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	Vago
Vago	Vago
Vago	Vago
Vago	Vago
Vago	Daniel Alves Ferreira
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Arthur Maia Amaral	Marco Antônio Badaró Bianchini
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve
Manuel Jeremias Leite Caldas	Ronaldo Dias
Vago	Rodrigo de Mesquita Pereira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente
José Maria Rabelo	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretora de Relações e Recursos Humanos
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor de Distribuição e Comercialização
Dimas Costa	Diretor Comercial
Adézio de Almeida Lima	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor
Thiago de Azevedo Camargo	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Luciano de Araújo Ferraz	Diretor Jurídico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	426.074	318.834
Consumidores	8	2.414.864	2.496.149
Concessionárias e Permissionárias	8	150.289	156.141
Serviços em Curso		101.091	73.659
Tributos Compensáveis	9a	154.990	103.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9b	308.520	227.445
Almoxarifado Operacional		39.799	27.664
Investimentos Temporários	7	327.769	253.280
Ativos Financeiros Setoriais	15	1.991.205	860.466
Despesas Pagas Antecipadamente		3.017	2.803
Outros Ativos Circulantes		530.772	522.724
TOTAL DO CIRCULANTE		6.448.390	5.042.199
Ativos de Operações Descontinuadas			
Bens Destinados à Alienação		1.523	1.778
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores	8	57.829	58.453
Concessionárias e Permissionárias	8	76.687	75.237
Tributos Compensáveis	9a	122.855	188.263
Depósitos Judiciais e Cauções	12	1.071.535	1.030.696
Tributos Diferidos	10	1.406.914	1.055.552
Investimentos Temporários	7	14.678	35.568
Ativos Financeiros Setoriais	15	377.673	489.190
Bens e Direitos para Uso Futuro		99	99
Outros Ativos Não Circulantes		30.316	6.690
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		5.553	5.560
Imobilizado	16	12.739.862	12.437.656
Intangível	16	352.457	303.803
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.256.458	15.686.767
ATIVO TOTAL		22.706.371	20.730.744

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	1.049.363	1.307.893
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	1.509.541	3.346.475
Obrigações Sociais e Trabalhistas		160.098	222.915
Benefício Pós-Emprego	21	142.347	119.803
Tributos	18	537.856	520.769
Encargos Setoriais	20	308.049	459.855
Passivos Financeiros Setoriais	15	2.075.314	-
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		-	185.105
Outros Passivos Circulantes		630.136	477.144
TOTAL DO CIRCULANTE		6.412.704	6.639.959
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	4.688.710	3.673.567
Benefício Pós-Emprego	21	2.795.139	2.108.908
Tributos	18	614.569	612.622
Provisão para Litígios	22	347.514	291.169
Encargos Setoriais	20	321.033	129.952
Passivos Financeiros Setoriais	15	700.814	-
Outros Passivos Não Circulantes		22.621	20.057
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	23	5.088.994	5.232.116
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.579.394	12.068.391
TOTAL DO PASSIVO		20.992.098	18.708.350
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	24	2.361.998	2.361.998
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.138.842)	(646.877)
Reservas de Lucros		81.117	307.273
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		410.000	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.714.273	2.022.394
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.706.371	20.730.744

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
RECEITA	25	18.106.496	20.963.228
Fornecimento de Energia Elétrica		9.249.604	9.853.606
Energia Elétrica de Curto Prazo		1.143	50.231
Disponibilização do Sistema de Distribuição		9.178.272	8.161.716
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(1.451.967)	1.703.627
Serviços Cobráveis		5.628	13.504
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.000.745	995.616
Outras Receitas		123.071	184.928
TRIBUTOS		(6.087.535)	(5.604.056)
ICMS		(4.408.842)	(3.658.807)
PIS-PASEP		(299.345)	(346.913)
COFINS		(1.378.813)	(1.597.902)
ISS		(535)	(434)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(2.532.006)	(4.016.307)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(58.056)	(45.151)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(58.056)	(45.151)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(2.039.925)	(2.844.510)
Taxa de Fisc. de Serv.de Energia Elétrica – TFSEE		(15.957)	(14.636)
Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias		(360.012)	(1.066.859)
RECEITA LÍQUIDA		9.486.955	11.342.865
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(6.020.340)	(7.806.135)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	26	(5.260.411)	(6.992.822)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(759.929)	(813.313)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		3.466.615	3.536.730
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.709.224)	(3.150.243)
Pessoal e Administradores	27a	(1.387.104)	(1.215.674)
Materiais		(41.820)	(50.651)
Serviços de Terceiros	27b	(673.823)	(697.484)
Arrendamentos e Aluguéis		(76.740)	(75.010)
Seguros		(2.123)	(1.985)
Doações, Contribuições e Subvenções		(11.915)	(10.175)
Provisões	27c	(544.090)	(209.072)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(111.606)	(58.014)
(-) Recuperação de Despesas		28.600	28.604
Tributos		(5.199)	(3.845)
Depreciação e Amortização		(649.670)	(618.646)
Gastos Diversos		(241.436)	(244.552)
Outras Receitas Operacionais		7.702	6.261
RESULTADO DA ATIVIDADE		(242.609)	386.487
Resultado Financeiro	28	(354.079)	(567.929)
Receitas Financeiras		1.019.503	660.883
Despesas Financeiras		(1.373.582)	(1.228.812)
Resultado Antes dos Impostos		(596.688)	(181.442)
Impostos sobre o Lucro	11	160.598	18.647
Resultado do Exercício		(436.090)	(162.795)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do Exercício	(436.090)	(162.795)
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	(575.506)	(256.543)
Efeito de Imposto de Renda	195.672	87.224
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos	(379.834)	(169.319)
Resultados Abrangentes do Exercício	(815.924)	(332.114)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e Juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Não Auditado)	2.261.998	-	453.017	(232.788)	(140.450)	2.341.777
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(162.795)	(162.795)
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	(169.319)	-	(169.319)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(169.319)	(162.795)	(332.114)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0150 por ação)	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Dividendos Estatutários (R\$0,0668 por ação)	-	-	-	-	(155.355)	(155.355)
Aumento de capital	100.000	-	-	-	-	100.000
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	-	-	-	(244.770)	244.770	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	18.510	-	(18.510)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	(164.254)	-	267.340	103.086
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Reapresentado)	2.361.998	-	307.273	(646.877)	-	2.022.394
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(436.090)	(436.090)
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	(379.834)	-	(379.834)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	(379.834)	(436.090)	(815.924)
Absorção do Prejuízo Societário	-	-	(323.950)	-	323.950	-
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	-	410.000	-	-	-	410.000
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	-	-	-	(112.131)	112.131	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	(9)	-	9	-
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	-	97.803	-	-	97.803
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.361.998	410.000	81.117	(1.138.842)	-	1.714.273

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		(436.090)	(162.795)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		649.670	618.646
Baixas Líquidas de Intangível e Imobilizado		56.696	129.633
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	(160.598)	(18.647)
Juros e Variações Monetárias		681.638	642.867
Obrigações Pós-Emprego	21	304.958	214.401
Ativos e passivos setoriais (efeito líquido)	15	1.455.057	(1.703.627)
Provisões para Perdas Operacionais	27c	544.090	209.072
		<u>3.095.421</u>	<u>(70.450)</u>
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores		(299.057)	(1.155.615)
Concessionários		4.402	(5.436)
Reembolso Subsídios Tarifários		7.944	273.201
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			-
Ativos Financeiros Setoriais	15	341.244	1.528.795
Depósitos Vinculados a Litígios		(12.108)	(45.605)
Tributos Compensáveis		13.452	132.068
Imposto de Renda e Contribuição Social		(81.075)	(42.286)
Subvenção Baixa Renda		(4.927)	3.863
Outros		55.657	(138.484)
		<u>25.532</u>	<u>550.501</u>
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		39.275	341.882
Fornecedores		(258.530)	188.408
Obrigações Pós-Emprego	21	(171.689)	(149.204)
Salários e Encargos Sociais		2.475	14.029
Tributos e Contribuição Social		(118)	139.686
IR e CSLL a pagar		24.742	39.256
Outros		(102.367)	111.733
		<u>(466.212)</u>	<u>685.790</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		2.654.741	1.165.841
Encargos de Dívidas Pagos	19	(1.209.021)	(510.036)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(19.835)	(55.618)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>1.425.885</u>	<u>600.187</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado		(964.395)	(893.789)
Títulos e Valores Mobiliários		(53.510)	(186.214)
Fundos Vinculados		(89)	709
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(1.017.994)</u>	<u>(1.079.294)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos Obtidos	19	2.249.633	2.469.014
Empréstimos e Financiamentos Pagos	19	(2.872.982)	(1.967.754)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos		(87.302)	(117.118)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24	410.000	-
Aumento de Capital		-	100.000
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(300.651)</u>	<u>484.142</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		107.240	5.035
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		318.834	313.799
No fim do exercício		426.074	318.834
		<u>107.240</u>	<u>5.035</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.259.244 consumidores em 31 de dezembro de 2016 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 23 de novembro de 2017, os representantes da Administração da Companhia autorizaram a emissão destas Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Créditos tributários;
- Nota 16 – Depreciação e Amortização;
- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 16 - Amortização
- Nota 25 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;

2.5. Reapresentações nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2015

A Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis regulatórias, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da retificação da classificação da Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial – Base de Remuneração Regulatória (BRR), conforme demonstrado abaixo.

Balço Patrimonial

Patrimônio Líquido	Publicado em 2015	Reclassificações	Total Reapresentado
Capital Social	2.361.998	-	2.361.998
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(402.107)	(244.770)	(646.877)
Reservas de Lucros	735.957	(428.684)	307.273
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(673.454)	673.454	-
Total	2.022.394	-	2.022.394

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Publicado em 2015	2.361.998	735.957	(402.107)	(673.454)	2.022.394
Absorção do Prejuízo Acumulado	-	(428.684)	-	428.684	-
Realização de Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial (BRR)	-	-	(244.770)	244.770	-
Total Reapresentado	2.361.998	307.273	(646.877)	-	2.022.394

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas na nota explicativa nº2.7 das Demonstrações Financeiras Societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2013, em função da divulgação do resultado da revisão tarifária da Companhia. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas Demonstrações Financeiras societárias, em decorrência da aplicação da interpretação técnica ICPC 01-Contratos de Concessão, os saldos reconhecidos nas Demonstrações

Contábeis Regulatórias no Imobilizado são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas Demonstrações Financeiras societárias as Obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

4. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de Distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de produtividade, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita uma revisão tarifária extraordinária, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de

distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Renovação das Concessões

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínima;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Contas Bancárias	82.447	41.337
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	225.779	239.127
Overnight	117.848	38.370
	343.627	277.497
	426.074	318.834

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 106,5% em 2016 (75% a 105% em 2015), conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64% a.a. em 2016 (14,14% a.a. em 2015).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota Explicativa nº 30 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2016	2015
Certificados de depósitos bancários	10.471	73.393
Letras Financeiras – Bancos	236.424	140.294
Letras Financeiras do Tesouro	61.463	27.491
Debêntures	33.358	47.151
Fundos Vinculados	89	89
Outros	642	430
	342.447	288.848
Ativo Circulante	327.769	253.280
Ativo Não Circulante	14.678	35.568

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 98,5% a 105,25% em 2016 (75% a 105% em 2015), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI em 2016 (105% a 116,7% do CDI em 2015).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI em 2016 (105,4% a 113% do CDI em 2015).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 30. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 29.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores Correntes							Valores Renegociados					Total 2016	Total 2015
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PDD	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PDD		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	1.346.146	130.091	537.614	201.897	217.608	264.902	(534.956)	40.156	146.358	27.311	94.686	-	2.471.813	2.553.722
Residencial	427.596	54.540	338.186	119.107	107.286	23.364	(250.039)	19.196	59.716	15.327	50.248	-	964.527	896.028
Industrial	25.508	35.791	31.717	8.874	17.408	88.433	(88.556)	5.568	17.951	2.855	16.908	-	162.457	159.462
Comercial	187.732	23.316	80.620	29.755	43.529	101.707	(145.179)	6.834	40.059	5.008	18.286	-	391.667	397.335
Rural	77.619	1.164	49.694	19.588	22.289	22.065	(22.093)	3.459	8.041	2.426	4.200	-	188.452	166.814
Poderes Públicos	30.138	11.334	26.355	19.084	24.528	9.439	(9.444)	1.980	8.240	838	2.804	-	125.296	108.383
Iluminação Pública	8.936	983	2.030	607	396	4.471	(4.471)	332	609	199	150	-	14.242	22.243
Serviço Público	36.444	2.896	8.636	4.676	2.034	15.174	(15.174)	2.787	11.742	658	2.090	-	71.963	86.688
Serviço Taxado	443	67	376	206	138	249	-	-	-	-	-	-	1.479	1.788
Fornecimento Não Faturado	558.643	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	558.643	724.262
Arrecadação Processo Classificação	(6.913)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.913)	(9.281)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	879	-	-	-	-	-	-	879	880
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.992	81.152	10.041	3.661	2.097	67.734	(67.733)	1.769	5.853	62	100	-	110.728	131.516
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	116.249	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.249	99.862
Total	1.468.387	211.243	547.655	205.558	219.705	333.515	(602.689)	41.925	152.211	27.373	94.786	-	2.699.669	2.785.980

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	601.258
Constituições (reversões) de perdas	174.872
Baixas	(208.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085
Constituições (reversões) de perdas	380.966
Baixas	(346.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	602.689

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

a) Tributos Compensáveis

Tributos Compensáveis	2016	2015
Circulante		
ICMS a Recuperar	86.866	53.493
COFINS	53.566	38.442
PIS-PASEP	11.631	8.346
Outros	2.927	2.753
	154.990	103.034
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	119.138	122.289
COFINS	3.117	54.267
PIS-PASEP	600	11.707
	122.855	188.263
	277.845	291.297

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante e os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2017.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	2016	2015
Circulante		
Imposto de Renda	221.656	153.221
Contribuição Social	86.864	74.224
	308.520	227.445

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2016	2015
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	84.581	-
Obrigações Pós-Emprego	805.292	558.256
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	219.761	201.009
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	118.155	98.997
Taxa de Administração	6.751	7.126
Reavaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR)	183.859	126.095
Outros	3.446	25.648
	1.575.000	1.170.286
Passivos Fiscais Diferidos		
Encargos Financeiros Capitalizados	(148.559)	(107.676)
Custo de Captação	(19.527)	(7.058)
	(168.086)	(114.734)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	1.406.914	1.055.552

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2016, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 11 de abril de 2017.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo:

	2016
2017	183.966
2018	169.011
2019	209.333
2020	190.977
2021	324.658
2022	99.411
2023	99.411
2024	99.411
2025	99.411
2026	99.411
	1.575.000

11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2016	2015
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(596.688)	(181.442)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	202.874	61.690
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre capital próprio	-	11.900
Incentivos Fiscais	-	583
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.661)	(1.956)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	4.000	(574)
Multas Indedutíveis	(15.182)	(9.411)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(12.369)	(11.218)
Baixa de parcela da provisão para créditos liquidação duvidosa	(20.997)	(32.176)
Outros	4.934	(191)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício Fiscal	160.598	18.647
Alíquota Efetiva	26,91%	10,28%
Corrente	4.907	(16.362)
Diferido	155.691	35.009

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2016 é de R\$8.083.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2016	2015
Trabalhista	285.030	268.750
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	129.248	108.862
	747.570	727.184
Outros		
Regulatório	18.230	18.070
Cível	7.270	4.049
Relações de Consumo	3.578	2.289
Bloqueio Judicial	4.607	6.114
Outros	5.250	4.240
	38.935	34.762
	1.071.535	1.030.696

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

13. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$791.609 (R\$801.235 em 2015). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$71.695 em 2015), reconhecidos no ativo circulante.

14. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 2016, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$341.244 (R\$1.124.377 em 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros Setoriais – R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da CCRBT (*)	Transferência	Saldo em 31/12/16	Valores em Amortização	Valores Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	2.979.892	1.379.864	(2.036.189)	293.106	(341.244)	(27.798)	2.247.631	1.355.985	891.646	1.883.542	364.089
Aquisição de Energia (CVAenerg)	1.808.372	1.136.328	(1.177.369)	98.074	(341.244)	(29.619)	1.494.542	712.401	782.141	1.175.168	319.374
Custo da Energia de Itaipu	772.140	158.854	(524.173)	105.026	-	1.821	513.668	420.439	93.229	475.600	38.068
Proinfa	6.655	29.043	(22.135)	3.849	-	-	17.412	13.165	4.247	15.678	1.734
Transporte Rede Básica	45.024	817	(42.224)	6.410	-	-	10.027	1.924	8.103	6.717	3.310
Transporte de Energia Itaipu	10.576	5.560	(8.653)	1.697	-	-	9.180	5.254	3.926	7.577	1.603
ESS	323	-	(323)	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	336.802	49.262	(261.312)	78.050	-	-	202.802	202.802	-	202.802	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	312.489	118.673	(137.099)	(7.053)	-	(165.763)	121.247	87.979	33.268	107.663	13.584
Quota Parte de Energia Nuclear	12.487	30.464	(6.006)	1.901	-	(807)	38.039	6.944	31.095	25.342	12.697
Neutralidade da Parcela A	118.740	81.530	(116.220)	(3.624)	-	-	80.426	78.253	2.173	79.539	887
Outros	181.262	6.679	(14.873)	(5.330)	-	(164.956)	2.782	2.782	-	2.782	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.292.381	1.498.537	(2.173.288)	286.053	(341.244)	(193.561)	2.368.878	1.443.964	924.914	1.991.205	377.673

Passivos Financeiros Setoriais – R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da Conta ACR e da CCRBT (*)	Transferência	Saldo em 31/12/16	Valores em Amortização	Valores Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(1.247.942)	(1.996.386)	1.124.292	(99.058)	-	27.798	(2.191.296)	(772.006)	(1.419.290)	(1.611.753)	(579.543)
Aquisição de Energia (CVAenerg)	(903.102)	(1.640.643)	851.490	(39.684)	-	29.619	(1.702.320)	(716.933)	(985.387)	(1.299.954)	(402.366)
Custo da Energia de Itaipu	(35.374)	40	47.127	(9.972)	-	(1.821)	-	-	-	-	-
Proinfa	(1.168)	-	1.461	(377)	-	-	(84)	(84)	-	(84)	-
Transporte Rede Básica	(328)	(7.702)	4.997	3.033	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Itaipu	(2)	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	(307.968)	(116.230)	219.215	(39.069)	-	-	(244.052)	(54.989)	(189.063)	(166.851)	(77.201)
CDE	-	(231.851)	-	(12.989)	-	-	(244.840)	-	(244.840)	(144.864)	(99.976)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(694.783)	(360.154)	451.942	17.356	-	807	(584.832)	(274.233)	(310.599)	(463.561)	(121.271)
Quota Parte de Energia Nuclear	(4.512)	-	4.669	(964)	-	807	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(1.834)	(75.110)	2.515	(4.110)	-	-	(78.539)	-	(78.539)	(46.469)	(32.070)
Sobrecontratação de Energia	(530.152)	135.886	206.730	27.030	-	-	(160.506)	(104.671)	(55.835)	(137.706)	(22.800)
Devoluções Tarifárias	(157.586)	143.975	-	-	-	-	(13.611)	-	(13.611)	(13.611)	-
Outros	(699)	(564.905)	238.028	(4600)	-	-	(332.176)	(169.562)	(162.614)	(265.775)	(66.401)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(1.942.725)	(2.356.540)	1.576.234	(81.702)	-	28.605	(2.776.128)	(1.046.239)	(1.729.889)	(2.075.314)	(700.814)
Total dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Líquido)	1.349.656	(858.003)	(597.054)	204.352	(341.244)	(164.956)	(407.250)	397.725	(804.975)	(84.109)	(323.141)

(*) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT: recursos destinados à cobertura tarifária vigente das variações dos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo. Os repasses da Conta Bandeira foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

IMOBILIZADO	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2016			31/12/2015
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	3,85	27.695.435	(16.799.976)	10.895.459	10.863.521
Custo histórico	3,85	16.237.652	(6.842.078)	9.395.574	9.063.956
Reavaliação	3,85	11.457.783	(9.957.898)	1.499.885	1.799.565
Administração	11,46	535.097	(421.551)	113.546	121.276
Custo histórico	11,46	365.399	(254.076)	111.323	118.713
Reavaliação	11,46	169.698	(167.475)	2.223	2.563
TOTAL		28.230.532	(17.221.527)	11.009.005	10.984.797
Em curso					
Distribuição		1.707.849	-	1.707.849	1.421.177
Administração		23.008	-	23.008	31.682
TOTAL		1.730.857	-	1.730.857	1.452.859
TOTAL AIS + AIC		29.961.389	(17.221.527)	12.739.862	12.437.656

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (1)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada (1)	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas 31/12/2016	Amortização Acumulada 31/12/2016	Obrigações Especiais Líquidas 31/12/2016
Distribuição	27.074.007	-	(336.232)	957.660	27.695.435	621.428	(16.799.976)	10.895.459	10.863.521	(6.655.844)	2.095.707	(4.560.137)
Terrenos	32.055	-	(76)	3.540	35.519	3.464	-	35.519	32.055	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	585.184	-	(349)	35.921	620.756	35.572	(320.131)	300.625	282.243	-	-	-
Máquinas e equipamentos	26.410.112	-	(335.605)	919.518	26.994.025	583.913	(16.436.757)	10.557.268	10.547.002	(6.655.844)	2.095.707	(4.560.137)
Veículos	22.262	-	-	(1.400)	20.862	(1.400)	(20.862)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	24.394	-	(202)	81	24.273	(121)	(22.226)	2.047	2.221	-	-	-
Administração	581.870	-	(16.073)	(30.700)	535.097	(46.773)	(421.551)	113.546	121.276	(193)	185	(8)
Terrenos	2.518	-	-	-	2.518	-	-	2.518	2.518	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	106.011	-	-	(54.399)	51.612	(54.399)	(38.692)	12.920	14.131	-	-	-
Máquinas e equipamentos	368.238	-	(15.846)	22.130	374.522	6.284	(302.539)	71.983	73.693	(193)	185	(8)
Veículos	47.924	-	(212)	1.400	49.112	1.188	(34.123)	14.989	19.107	-	-	-
Móveis e utensílios	57.179	-	(15)	169	57.333	154	(46.197)	11.136	11.827	-	-	-
Subtotal	27.655.877	-	(352.305)	926.960	28.230.532	574.655	(17.221.527)	11.009.005	10.984.797	(6.656.037)	2.095.892	(4.560.145)

(1) As transferências estão apresentadas pelo valor bruto das respectivas depreciações, que foram apresentadas, de forma acumulada, em coluna específica.

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas 31/12/2016	Amortização Acumulada 31/12/2016	Obrigações Especiais Líquidas 31/12/2016
Distribuição	1.421.177	1.249.155	(2.904)	(959.579)	1.707.849	286.672	-	1.707.849	1.421.177	(528.846)	-	(528.846)
Máquinas e equipamentos	1.129.888	1.105.922	(2.835)	(919.427)	1.313.548	183.660	-	1.313.548	1.129.888	(528.846)	-	(528.846)
Outros	291.289	143.233	(69)	(40.152)	394.301	103.012	-	394.301	291.289	-	-	-
Administração	31.682	13.847	(24)	(22.497)	23.008	(8.674)	-	23.008	31.682	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	22.040	13.847	(24)	(22.245)	13.618	(8.422)	-	13.618	22.040	(3)	-	(3)
Outros	9.642	-	-	(252)	9.390	(252)	-	9.390	9.642	-	-	-
Subtotal	1.452.859	1.263.002	(2.928)	(982.076)	1.730.857	277.998	-	1.730.857	1.452.859	(528.849)	-	(528.849)
Total do Ativo Imobilizado	29.108.736	1.263.002	(355.233)	(55.116)	29.961.389	852.653	(17.221.527)	12.739.862	12.437.656	(7.184.886)	2.095.892	(5.088.994)

Distribuição - Máquinas e Equipamentos em serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C) 31/12/2016
AIS Bruto	26.410.112	-	(335.605)	919.518	26.994.025	583.913
Transformador de Distribuição	2.676.727	-	(45.161)	174.592	2.806.158	129.431
Medidor	1.070.813	-	(37.065)	59.370	1.093.118	22.305
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	15.259.806	-	(176.979)	387.394	15.470.221	210.415
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	48.051	-	(283)	1.398	49.166	1.115
Redes Alta Tensão (69 kV)	431.554	-	(11.924)	28.005	447.635	16.081
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	2.254.945	-	(3.211)	87.358	2.339.092	84.147
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	58.833	-	-	-	58.833	-
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	370.978	-	(835)	863	371.006	28
Subestações Média Tensão (primário de 69kV)	542.284	-	(19.445)	16.097	538.936	(3.348)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	3.057.196	-	(33.843)	115.024	3.138.377	81.181
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	45.747	-	(8)	443	46.182	435
Demais Máquinas e Equipamentos	593.178	-	(6.784)	48.907	635.301	42.123
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(6.670.651)	(173.554)	188.361	-	(6.655.811)	14.807
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(6.670.651)	(173.554)	188.361	-	(6.655.844)	14.807
Total - Distribuição Máquinas e Equipamentos	19.739.461	(173.554)	(147.244)	919.518	20.338.181	598.720

As adições ao imobilizado são como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Material/Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	1	44	-	669	459	1.173
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	19.534	-	2.053	6.303	186	28.076
Máquinas e Equipamentos	504.618	437.478	57.958	114.010	5.705	1.119.769
Veículos	1.690	-	-	166	-	1.856
Móveis e Utensílios	-	-	-	7	-	7
A Ratear	197	-	2.560	796	230	3.783
Material em Depósito	106.565	-	-	-	-	106.565
Compras em Andamento (*)	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais (*)	-	-	-	303	1.470	1.773
Total das Adições	632.605	437.522	62.571	122.254	8.050	1.263.002

(*) Ajustes de adições entre as demais rubricas da tabela.

A composição do intangível é como segue:

INTANGÍVEL	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2016			31/12/2015
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	20	61.253	(4.198)	57.055	42.633
Custo histórico	20	52.370	(4.002)	48.368	33.946
Reavaliação	20	8.883	(196)	8.687	8.687
Administração	20	556.281	(498.603)	57.678	77.955
Custo histórico	20	445.179	(387.501)	57.678	77.955
Reavaliação	20	111.102	(111.102)	-	-
TOTAL		617.534	(502.801)	114.733	120.588
Em curso					
Distribuição		104.638	-	104.638	105.263
Administração		133.086	-	133.086	77.952
TOTAL		237.724	-	237.724	183.215
TOTAL AIS + AIC		855.258	(502.801)	352.457	303.803

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível R\$ mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	45.930	-	(27)	15.350	61.253	15.377	(4.198)	57.055	42.633
Servidões	41.605	-	-	14.425	56.030	14.425	(204)	55.826	41.401
Softwares	4.325	-	(27)	925	5.223	952	(3.994)	1.229	1.232
Administração	545.025	-	-	11.256	556.281	11.256	(498.603)	57.678	77.955
Softwares	545.014	-	-	11.256	556.270	11.256	(498.596)	57.674	77.948
Outros	11	-	-	-	11	-	(7)	4	7
Subtotal	590.955	-	(27)	26.606	617.534	26.633	(502.801)	114.733	120.588
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	105.263	14.742	(17)	(15.350)	104.638	(591)	-	104.638	105.263
Servidões	24.951	5.667	(17)	(14.425)	16.176	(8.741)	-	16.176	24.951
Softwares	2.221	2.148	-	(925)	3.444	1.223	-	3.444	2.221
Outros	78.091	6.927	-	-	85.018	6.927	-	85.018	78.091
Administração	77.952	66.390	-	(11.256)	133.086	55.134	-	133.086	77.952
Softwares	77.735	66.335	-	(11.256)	132.814	55.079	-	132.814	77.735
Outros	217	55	-	-	272	55	-	272	217
Subtotal	183.215	81.132	(17)	(26.606)	237.724	54.543	-	237.724	183.215
Total do Ativo Intangível	774.170	89.002	(44)	-	855.258	81.176	(502.801)	352.457	303.803

17. FORNECEDORES

	2016	2015
Energia de curto prazo - CCEE	125.066	302.582
Encargos de uso da rede elétrica	52.441	57.708
Energia elétrica comprada para revenda	422.727	417.770
Itaipu binacional	206.827	314.859
Materiais e serviços	242.302	214.974
	1.049.363	1.307.893

18. TRIBUTOS

	2016	2015
Circulante		
ICMS	427.064	372.450
COFINS	63.626	89.871
PIS-PASEP	13.786	19.122
INSS	16.733	15.228
ISSQN	5.891	6.524
Outros	10.756	17.574
	537.856	520.769
Não Circulante		
COFINS	505.018	503.343
PIS-PASEP	109.551	109.279
	614.569	612.622
	1.152.425	1.133.391

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante contemplam o montante de R\$612.622, que refere-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos.

A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	1.398	-	21.651	23.049				
BÔNUS COM DESCONTO	291	-	59.774	60.065	jul/98	Bônus Tesouro/receita Cemig	US\$	6,0%
BÔNUS AO PAR	1.107	-	85.666	86.773	jul/98	Bônus Tesouro/receita Cemig	US\$	6,0%
BÔNUS COM DESCONTO	-	-	(50.940)	(50.940)	jul/98	Bônus Tesouro/receita Cemig	US\$ LIBOR	-
BÔNUS AO PAR	-	-	(72.849)	(72.849)	jul/98	Bônus Tesouro/receita Cemig	US\$ LIBOR	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	186.952	1.321.191	4.667.059	6.175.202				
DEBÊNTURES	59.332	(282)	1.436.058	1.495.108	mar/13	Aval da Cemig	IPCA	4,70 %
DEBÊNTURES	38.407	(117)	856.628	894.918	mar/13	Aval da Cemig	IPCA	5,10 %
BRADESCO-DEBÊNTURES	785	234.351	-	235.136	dez/07	Sem garantia	IPCA	7,96
DEBÊNTURES	53.250	(165)	410.795	463.880	mar/13	Aval da Cemig	CDI	CDI+0,69%
BANCO DO BRASIL	5.882	66.360	-	72.242	mai/12	Aval da Cemig	CDI	108,33% do CDI
ELETROBRÁS	20	2.732	1.366	4.118	mai/06	Vinculação receita	RGR	6,0%
ELETROBRÁS	83	4.215	12.295	16.593	jul/11	Vinculação receita	RGR	6,0%
ELETROBRÁS	51	2.625	7.655	10.331	dez/10	Vinculação receita	RGR	6,0%
ELETROBRÁS	12	1.628	814	2.454	dez/07	Vinculação receita	RGR	6,0%
ELETROBRÁS	45	2.315	6.752	9.112	out/08	Vinculação receita	RGR	6,0%
ELETROBRÁS	45	1.311	7.647	9.003	set/11	Vinculação receita	RGR	6,0%
ELETROBRÁS	30	874	5.098	6.002	jan/12	Vinculação receita	RGR	6,0%
ELETROBRÁS	30	874	5.098	6.002	mar/12	Vinculação receita	RGR	6,0%
ELETROBRÁS-IRD'S	43	1.307	2.803	4.153	out/91	Vinculação receita	UFIR(RGR)	8,0%
SERRADAFORTALEZA	200	613	1.306	2.119	jul/95	Sem garantia	IGP-DI	6,0%
VEEDOBASIL	1.790	-	502	2.292	mai/77	Sem garantia	TR	9,0 %
CMM	865	259	782	1.906	jun/00	Sem garantia	IGP-DI	6,0 %
ELETROBRÁS	1	246	-	247	out/12	Vinculação receita	RGR	6,5%
ELETROBRÁS	0	27	-	27	jul/11	Vinculação receita	RGR	5,0%+1,5 %
CEF	459	100.000	8.333	108.792	jan/15	FIANÇA	CDI	119% DO CDI
BANCO DO BRASIL	10.289	(2.710)	493.773	501.352	mai/15	Duplicas (vinculação de receita)	CDI	114% DO CDI
BANCO DO BRASIL	683	49.625	-	50.308	mai/15	Duplicas (vinculação de receita)	CDI	111% DO CDI
CEF	45	1.021	9.723	10.789	mar/16	Vinculação receita	CDI	132,14% CDI
CEF	1.385	31.918	303.960	337.263	mar/16	Vinculação receita	CDI	132,14% CDI
DEBÊNTURES	11.850	792.658	793.181	1.597.689	mar/16	FIANÇA	CDI	CDI+4,05%
CEF	245	5.229	54.226	59.700	mar/16	Vinculação receita	CDI	132,14% CDI
CEF	964	20.580	213.021	234.565	mar/16	Vinculação receita	CDI	132,14% CDI
CEF	161	3.697	35.243	39.101	mar/16	Vinculação receita	CDI	132,14% CDI
Dívidas com Fundo de Pensão	-	142.347	2.795.139	2.937.486				
FORLUZ	-	1.747	14.211	15.958	mar/06	Recebíveis	IPCA	6,00%
FORLUZ	-	60.672	493.554	554.226	mar/06	Recebíveis	IPCA	6,00%
Plano de saúde, odontológico e seguro de vida FORLUZ	-	79.928	1.793.436	1.873.364				
			493.937	493.937				

	Data Próximo Pqto Juros	Freq. Pqto Juros	Data Próxima Amortiz.	Vencto Final	Freq. de Amortiz	Sistem. Amortiz	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
							2018	2019	2020	2021	2022	2023+	Total
Financ./Emprést. Moeda Estrangeira							-	-	-	-	-	21.651	21.651
BÔNUS AO PAR	11/04/2017	Sem.	19/04/2024	15/04/04	N.A	Bullet	-	-	-	-	-	59.775	59.775
BÔNUS AO PAR	11/04/2017	Sem.	12/04/2024	12/04/04	N.A	Bullet	-	-	-	-	-	85.666	85.666
BÔNUS COM DESCONTO	-	-	12/04/2024	19/04/04	N.A	Bullet	-	-	-	-	-	(50.940)	(50.940)
BÔNUS AOPAR	-	-	12/04/2024	19/04/04	N.A	Bullet	-	-	-	-	-	(72.849)	(72.849)
Financ./Empréstimos Moeda Nacional							1.666.392	924.485	721.652	491.825	217.506	645.199	4.667.059
DEBÊNTURES	15/02/2017	Anual	15/02/2019	15/02/21	Anual	SAC	(282)	473.913	473.912	488.529	-	-	1.436.072
DEBÊNTURES	15/02/2017	Anual	15/02/2022	15/02/25	N.A.	SAC	(111)	(111)	(111)	(111)	214.242	642.821	856.619
BRADESCO - DEBÊNTURES	15/12/2017	Anual	15/12/2017	15/12/17	N.A.	SAC	-	-	-	-	-	-	-
DEBÊNTURES	15/02/2017	Anual	15/02/2018	15/02/18	N.A.	Bullet	410.791	-	-	-	-	-	410.791
BANCO DO BRASIL	29/05/2017	Anual	28/05/2016	29/05/17	N.A.	SAC	-	-	-	-	-	-	-
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/05/18	Mensal	SAC	1.366	-	-	-	-	-	1.366
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/10/20	Mensal	SAC	4.567	4.215	3.513	-	-	-	12.295
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/10/20	Mensal	SAC	2.843	2.625	2.187	-	-	-	7.655
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/05/18	Mensal	SAC	814	-	-	-	-	-	814
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/10/20	Mensal	SAC	2.508	2.315	1.929	-	-	-	6.752
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/08/23	Mensal	SAC	1.420	1.311	1.311	1.311	1.311	983	7.647
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/08/23	Mensal	SAC	947	874	874	874	874	655	5.098
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/08/23	Mensal	SAC	947	874	874	874	874	655	5.098
ELETROBRÁS -IRD'S	15/02/2017	Trim.	15/02/2017	15/11/17	Trim.	SAC	945	698	522	348	205	85	2.803
SERRA DA FORTALEZA	18/08/2017	Sem.	20/02/2017	18/02/19	Sem.	SAC	548	209	-	-	-	-	1.305
V E C DO BRASIL	31/01/2017	Mensal	31/01/2017	31/03/18	Mensal	SAC	401	100	-	-	-	-	501
CMM	30/06/2017	Sem.	30/06/2017	30/07/18	Sem.	SAC	298	298	188	-	-	-	784
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/10/17	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-	-
ELETROBRÁS	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/10/17	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-	-
CEF	23/01/2017	Mensal	23/01/2017	22/01/18	Mensal	SAC	8.333	-	-	-	-	-	8.333
BANCO DO BRASIL	10/05/2017	Sem.	10/04/2018	13/04/20	Anual	SAC	163.941	163.926	165.906	-	-	-	493.773
BANCO DO BRASIL	26/04/2017	Sem.	26/04/2017	26/04/17	Anual	SAC	-	-	-	-	-	-	-
CEF	22/03/2017	Trim.	24/10/2017	23/03/20	N.A	SAC	4.321	4.320	1.082	-	-	-	9.723
CEF	22/03/2017	Trim.	24/10/2017	23/03/20	N.A	SAC	135.070	135.052	33.838	-	-	-	303.960
DEBÊNTURES	15/12/2017	Anual	15/12/2017	17/12/18	N.A	SAC	793.180	-	-	-	-	-	793.180
CEF	22/03/2017	Trim.	24/10/2017	23/03/20	N.A	SAC	23.912	23.909	6.404	-	-	-	54.225
CEF	22/03/2017	Trim.	24/10/2017	23/03/20	N.A	SAC	93.968	93.955	25.099	-	-	-	213.022
CEF	22/03/2017	Trim.	24/10/2017	23/03/20	N.A	SAC	15.665	15.663	3.915	-	-	-	35.243
Dívidas com Fundode Pensão							66.165	70.135	74.343	78.803	83.532	2.422.161	2.795.139
FORLUZ	31/01/2017	Mensal	31/01/2017	30/06/24	Mensal	Price	1.852	1.963	2.081	2.205	2.338	3.772	14.211
FORLUZ	31/01/2017	Mensal	31/01/2017	30/06/24	Mensal	Price	64.313	68.172	72.262	76.598	81.194	131.015	493.554
Plano de saúde, odontológico e seguro de vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.793.436	1.793.436
FORLUZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	493.937	493.937

Companhia está adimplente com seus contratos de dívida.

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

31/12/2016	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Ativos Financeiros							
Caixa e Aplicações Financeiras							
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	426.074	-	426.074			
Aplicações Financeiras							
CDB	348	10.123	-	10.471	Sim	CDI	50% a 108,5%
Letras Financeiras - LFs	7.708	224.233	4.483	236.424	Sim	CDI	104,85 a 112,7%
Letras Financ. Tesouro - LFTs	2.043	59.420	-	61.463	Sim	Selic	14,14%
Debêntures	770	22.393	10.195	33.358	Sim	CDI	108 a 113%
Outros	21	621	-	642	Sim	CDI	100%
Fundos Vinculados	-	89	-	89	Sim	-	-
TOTAL	10.889	742.953	14.678	768.521			

As instituições financeiras estão adimplentes com as operações contratadas pela Companhia. Mais detalhes nas Notas Explicativas nº 6 e 7 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2016	Total 2015
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	1.398	-	21.651	23.049	34.913
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	186.952	1.321.191	4.667.059	6.175.202	6.985.129
Fundo de Pensão	-	142.347	2.795.139	2.937.486	2.228.711
	188.350	1.463.538	7.483.849	9.135.737	9.248.753
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	(426.074)	-	(426.074)	(318.834)
Demais Aplicações Financeiras	-	(327.769)	(14.678)	(342.447)	(288.848)
	-	(753.843)	(14.678)	(768.521)	(607.682)
Dívida Líquida	188.350	709.695	7.469.171	8.367.216	8.641.071

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.398	-	-	-	-	-	-	21.651	23.049
Total por Moedas	1.398	-	-	-	-	-	-	21.651	23.049
Indexadores									
IPCA (1)	332.477	(393)	473.802	473.801	488.418	214.242	214.241	428.574	2.625.162
UFIR/RGR (2)	18.514	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.378	-	68.042
CDI (3)	1.153.426	1.649.180	436.824	236.251	-	-	-	-	3.475.681
TR (4)	1.790	401	100	-	-	-	-	-	2.291
IGP-DI (5)	1.936	846	846	398	-	-	-	-	4.026
Total por Indexadores	1.508.143	1.666.391	924.484	721.660	491.825	217.506	216.619	428.574	6.175.202
Total Geral	1.509.541	1.666.391	924.484	721.660	491.825	217.506	216.619	450.225	6.198.251

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Taxa Referencial (TR);
- (5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada em 2016 %	Varição Acumulada em 2015 %	Indexador	Varição Acumulada em 2016 %	Varição Acumulada em 2015 %
Dólar Norte-Americano	(16,54)	47,01	IPCA	6,29	10,67
Euro	(19,10)	31,71	CDI	14,06	13,23

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	2.500.000
Custos de Captação	(30.986)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.469.014
Varição Monetária e Cambial	280.760
Encargos Financeiros Provisionados	699.808
Encargos Financeiros Pagos	(510.036)
Amortização de Empréstimos	(1.967.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042
Empréstimos Obtidos	2.310.000
Custos de Captação	(60.367)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.249.633
Varição Monetária e Cambial	159.757
Encargos Financeiros Provisionados	850.822
Encargos Financeiros Pagos	(1.209.021)
Amortização de Empréstimos	(2.872.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.198.251

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2016	2015
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	850.822	699.808
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(137.571)	(150.017)
Efeito Líquido no Resultado	713.251	549.791

(1) A taxa média de capitalização foi de 18,02% em 2016 (15,25% em 2015).

Captações de Recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal (1)	22/03/2016	2020	132,14% do CDI	675.008
Debêntures (2)	28/03/2016	2018	CDI + 4,05%	1.574.625
Total de Captações				2.249.633

*Líquido do custo de captação.

- (1) Emissão de Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$695 milhões de reais para pagamento de dívidas vincendas no primeiro semestre de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para início de pagamento da parcela principal, com pagamento trimestral de juros nesse período e amortização em 30 meses, com pagamento mensal das parcelas de principal e juros;
- (2) 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015 e prazo de vigência de 3 anos, para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% e o montante principal será amortizado em duas parcelas iguais vincendas em dezembro de 2017 e 2018.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2016, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Notas Promissórias e Aval	3.431.653
Recebíveis	2.525.144
Sem Garantia	241.454
TOTAL	6.198.251

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2016, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 2016	Saldo em 2015
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	463.880	461.258
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.495.108	1.402.391
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	894.918	839.428
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	235.136	441.462
4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	1.597.689	-
TOTAL			4.686.731	3.144.539

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia não possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”). O contrato de dívida com cláusulas restritivas foi liquidado no exercício de 2016.

20. ENCARGOS SETORIAIS

	2016	2015
Eficiência Energética	290.687	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	77.065	41.895
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	181.491	276.346
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.996	30.997
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.361	1.287
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	-	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	17.224	655
	629.082	589.807
Passivo Circulante	308.049	459.855
Passivo Não Circulante	321.033	129.952

21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$570.184 em 31 de dezembro de 2016 (R\$587.984 em 31 de dezembro de 2015). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2016	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	6.064.569	1.258.299	27.435	587.630	7.937.933
Valor Justo dos Ativos do Plano	(5.037.131)	-	-	-	(5.037.131)
Passivo Líquido inicial	1.027.438	1.258.299	27.435	587.630	2.900.802
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	36.684	-	-	-	36.684
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014	5.152.364	821.325	23.566	482.852	6.480.107
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(4.912)	31.400	704	(50.044)	(22.852)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(507.650)	92.465	(567)	(85.963)	(501.715)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	276.670	(22.810)	(3.120)	46.202	296.942
	(235.892)	101.055	(2.983)	(89.805)	(227.625)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Benefícios Pagos	(460.535)	(54.721)	(1.624)	(8.418)	(525.298)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2015	5.051.394	971.830	21.959	398.662	6.443.845
Custo do Serviço Corrente	3.263	6.202	133	1.924	11.522
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	635.783	127.681	2.885	52.057	818.406
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(567)	-	-	40	(527)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	777.321	289.287	6.461	126.564	1.199.633
Decorrentes de ajustes com base na experiência	99.907	(66.083)	(2.525)	15.847	47.146
	876.661	223.204	3.936	142.451	1.246.252
Benefícios Pagos	(502.532)	(70.618)	(1.478)	(7.464)	(582.092)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2016	6.064.569	1.258.299	27.435	587.630	7.937.933

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	5.100.577
Retorno real dos investimentos	(509.349)
Contribuições do Empregador	84.441
Benefícios pagos	(460.535)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	4.215.134
Retorno real dos investimentos	1.232.400
Contribuições do Empregador	92.129
Benefícios pagos	(502.532)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2016	5.037.131

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2016 e 2015 são como segue:

2016	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.263	6.202	133	1.924	11.522
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	635.783	127.681	2.885	52.057	818.406
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(524.970)	-	-	-	(524.970)
Despesa Total em 2016 conforme cálculo atuarial	114.076	133.883	3.018	53.981	304.958

2015	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(590.593)	-	-	-	(590.593)
Custo do serviço passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Despesa Conforme Cálculo Atuarial	4.864	104.171	3.000	14.033	126.068
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	88.333	-	-	-	88.333
Despesa Total em 2015	93.197	104.171	3.000	14.033	214.401

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução nas obrigações pós-emprego, em contrapartida ao resultado de 2015, no montante de R\$45.892.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa Reconhecida no Resultado	93.197	104.171	3.000	59.925	260.293
Contribuições Pagas	(84.441)	(54.721)	(1.624)	(8.418)	(149.204)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	248.276	101.055	(2.983)	(89.805)	256.543
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
Despesa Reconhecida no Resultado	114.076	133.883	3.018	53.981	304.958
Contribuições Pagas	(92.129)	(70.618)	(1.478)	(7.464)	(171.689)
Perdas atuariais (*)	205.915	223.204	3.936	142.451	575.506
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.064.122	1.258.299	27.435	587.630	2.937.486
				2016	2015
Passivo Circulante				142.347	119.803
Passivo Não Circulante				2.795.139	2.108.908

(*) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2016 e 2015, as despesas relacionadas à dívida com a Forluz foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão e com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida foram registradas como despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2017 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	2.819	8.244	184	2.652	13.899
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	609.799	130.916	2.855	61.292	804.862
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(503.012)	-	-	-	(503.012)
Despesa Total em 2017 conforme cálculo atuarial	109.606	139.160	3.039	63.944	315.749

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2017 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de Pagamento de Benefícios	525.146	73.796	1.545	7.800	608.287

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2017 no montante de R\$96.275 para amortização da dívida pactuada e de R\$73.279 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,58	11,83	13,38	13,38	11,83

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2016	2015
Ações de empresas brasileiras	3,81%	6,91%
Títulos de Renda Fixa	74,79%	66,24%
Imóveis	8,27%	9,76%
Outros	13,13%	17,09%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig Distribuição:

	2016	2015
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	218.825	248.776
Imóveis da Fundação Ocupados pela Patrocinadora	548.830	177.790
	767.655	426.566

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2016	2015
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	13,20%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,50%	13,20%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	174.419	18.822	411	-	193.652
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	-	-	-	21.914	21.914
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	608.207	164.639	3.548	111.048	887.442

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

22. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	216.101	93.178	(1.428)	(41.732)	266.119
Cíveis					
Relações de Consumo	14.084	14.605	(778)	(14.604)	13.307
Outras Ações Cíveis	26.885	15.988	-	(6.031)	36.842
	40.969	30.593	(778)	(20.635)	50.149
Tributárias	3.313	510	(71)	(78)	3.674
Ambientais	60	-	(60)	-	-
Regulatórias	20.814	2.270	-	(1.649)	21.435
Outras	9.912	7.861	(3.897)	(7.739)	6.137
Total	291.169	134.412	(6.234)	(71.833)	347.514

	2014 Não Auditado	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	236.345	28.927	(22.364)	(26.807)	216.101
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	13.257	(2.027)	(13.111)	14.084
Outras Ações Cíveis	23.694	8.330	(99)	(5.040)	26.885
	39.659	21.587	(2.126)	(18.151)	40.969
Tributárias	9.561	990	(7.098)	(140)	3.313
Ambientais	51	9	-	-	60
Regulatórias	10.874	10.355	(322)	(93)	20.814
Outras	6.632	5.072	(830)	(962)	9.912
Total	303.122	66.940	(32.740)	(46.153)	291.169

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Contábeis Regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.327.216 (R\$769.656 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$266.119 (R\$216.101 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$23.092 (R\$18.685 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$13.307 (R\$14.084 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$187.700 (R\$158.141 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$36.842 (R\$26.885 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$26.668 (R\$17.539 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$3.674 (R\$3.313 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$156.550 (R\$135.494 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$21.435 (R\$20.814 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$89.117 (R\$65.870 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$6.137 (R\$9.972 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes,

relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$182.739 (R\$169.518 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$207.876 (R\$188.968 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.039.997 (R\$937.279 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$116.357 (R\$311.370 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como

possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A redução no valor da contingência decorre, principalmente, da reavaliação pela Receita Federal dos valores envolvidos nos processos onde se discute o alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$186.972 (R\$164.172 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$82.129. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$23.510 (R\$20.782 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.281.195 (R\$1.279.556 em 31 de dezembro de 2015), para os quais a Cemig classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de

Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Cemig, caso a mesma venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. A ANEEL considerou, parcialmente, o recurso interposto pela Companhia e reduziu o valor da multa, sendo o montante desta contingência de R\$2.628 (R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$253.731 (R\$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo

Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$316.675 (R\$272.443 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$236.703 (R\$202.172 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$71.396 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$25.650 (R\$23.885 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$150.761 (R\$117.852 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão

adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Amortização Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total 31/12/2016
Em serviço	4,14	(3.391.982)	(3.264.055)	(6.656.037)
Participação da União, Estados e Municípios	4,14	(461.458)	(487.133)	(948.591)
Participação Financeira do Consumidor	4,14	(2.531.665)	(2.236.644)	(4.768.309)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	4,14	(8.122)	(4.334)	(12.456)
Programa de Eficiência Energética - PEE	4,14	(78.301)	(85.822)	(164.123)
Pesquisa e Desenvolvimento	4,14	(2.630)	(2.884)	(5.514)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	4,14	(306.080)	(443.154)	(749.234)
Outros	4,14	(3.726)	(4.084)	(7.810)
(-) Amortização Acumulada - AIS		883.518	1.212.374	2.095.892
Participação da União, Estados e Municípios		72.078	151.309	223.387
Participação Financeira do Consumidor		658.407	860.072	1.518.479
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		2.079	1.788	3.867
Programa de Eficiência Energética - PEE		29.419	35.289	64.708
Pesquisa e Desenvolvimento		988	1.186	2.174
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		119.106	161.094	280.200
Outros		1.441	1.636	3.077
Em curso		(528.849)	-	(528.849)
Participação da União, Estados e Municípios		(70.049)	-	(70.049)
Participação Financeira do Consumidor		(188.096)	-	(188.096)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido		(3)	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(17.251)	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento		(1.486)	-	(1.486)
Valores Pendentes de Recebimento		(118.639)	-	(118.639)
Outros				
Ultrapassagem de demanda		(65.615)	-	(65.615)
Excedente de reativos		(67.710)	-	(67.710)
Total		(3.037.313)	(2.051.681)	(5.088.994)

	Saldo Inicial em 31/12/2015	Adição	Baixas	Saldo Final em 31/12/2016
Em serviço	(6.670.844)	(173.554)	188.361	(6.656.037)
Participação da União, Estados e Municípios	(1.021.731)	(16.985)	90.125	(948.591)
Participação Financeira do Consumidor	(4.610.309)	(158.000)	-	(4.768.309)
Doações e Subvenções Destinadas a Invest. Serviço Concedido	(12.456)	-	-	(12.456)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(164.123)	-	-	(164.123)
Pesquisa e Desenvolvimento	(5.514)	-	-	(5.514)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica (1)	(847.470)	-	98.236	(749.234)
Outros	(9.241)	1.431	-	(7.810)
(-) Amortização Acumulada - AIS	1.898.962	202.248	(5.318)	2.095.892
Participação da União, Estados e Municípios	228.705	-	(5.318)	223.387
Participação Financeira do Consumidor	1.338.596	179.883	-	1.518.479
Doações e Subvenções Destinadas a Invest. Serviço Concedido	3.407	460	-	3.867
Programa de Eficiência Energética - PEE	58.386	6.322	-	64.708
Pesquisa e Desenvolvimento	1.962	212	-	2.174
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	265.159	15.041	-	280.200
Outros	2.747	330	-	3.077
Em curso	(460.234)	(68.615)	-	(528.849)
Participação da União, Estados e Municípios	(69.984)	(65)	-	(70.049)
Participação Financeira do Consumidor	(163.644)	(24.452)	-	(188.096)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido	(3)	-	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(17.251)	-	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.685)	1.199	-	(1.486)
Valores Pendentes de Recebimento	(109.723)	(8.916)	-	(118.639)
Outros				
Ultrapassagem de demanda	(55.955)	(9.659)	-	(65.614)
Excedente de reativos	(40.989)	(26.722)	-	(67.711)
Total	(5.232.116)	(39.921)	183.043	(5.088.994)

(1) A baixa de Obrigação Especial decorre da celebração de contratos de Confissão de Dívida e Reconhecimento de Débito com a Eletrobrás, no montante de R\$98.236, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção do Programa Luz Para Todos, com recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à Reserva Global de Reversão (RGR).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido Societário do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2015 no montante de R\$35.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$11.900, reconhecidos no resultado do exercício de 2015 (R\$44.747 em 2014).

	2016	2015
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício (Societário)	(323.950)	370.209
Dividendo Obrigatório – 50,00% do Lucro Líquido	-	185.105
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	-	5.250
	-	190.355
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto		
Dividendos Estatutários	-	155.355
Juros sobre capital próprio	-	35.000
	-	190.355
Dividendos por ação - R\$		
Dividendos Obrigatórios	-	0,08
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto	-	0,08

Proposta de Absorção do Prejuízo de 2016

O Conselho de Administração encaminhou à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de absorção do Prejuízo das Demonstrações Financeiras Estatutárias de 2016, no montante de R\$323.950, pela conta de Reserva de Retenção de Lucros, que foi aprovada em 12 de maio de 2017.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015 - Reapresentado
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	224.986	224.986
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	8.083	936
Reserva de Retenção de Lucros	(151.952)	81.351
	81.117	307.273

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Como foi apurado prejuízo no exercício de 2016, a Companhia não constituiu Reserva Legal neste exercício.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou o pagamento de dividendos no valor total de R\$92.552, valor este inferior ao mínimo estatutário. O valor que deixou de ser distribuído como dividendo obrigatório corresponde ao montante de R\$97.803, que foi transferido da conta de Dividendos a Pagar para a Reserva de Lucros em 2016.

Reserva de Incentivos Fiscais

As Reservas de Incentivos Fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2016 é de R\$8.083.

Lucro societário por ação

O Lucro societário por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2016	2015
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.327.276
Resultado societário do Exercício	(323.950)	370.209
Lucro Líquido societário Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,1373)	0,1591

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro societário Diluído é igual ao Lucro societário Básico.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.

25. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado						
Residencial	6.691.673	6.532.169	9.916	9.830	4.105.805	4.042.236
Industrial	74.535	75.085	3.195	3.757	972.607	1.184.877
Comercial	716.602	714.433	5.712	6.027	2.332.196	2.293.889
Rural	694.026	678.742	3.575	3.380	952.690	966.141
Poder público	63.483	62.854	886	892	324.407	341.245
Iluminação pública	5.667	4.146	1.350	1.326	273.645	309.704
Serviço público	12.548	11.038	1.252	1.204	453.872	456.728
	8.258.534	8.078.467	25.886	26.416	9.415.222	9.594.820
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	1.143	50.231
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado						
Consumidores Cativos	-	-	-	-	7.437.587	6.661.887
Consumidores Livres	-	-	-	-	1.740.685	1.499.829
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(165.618)	258.786
Constituição e Amortiz. – Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(1.451.967)	1.703.627
	-	-	-	-	(1.617.585)	1.962.413
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	5.628	13.504
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.000.745	995.616
Outras Receitas	-	-	-	-	123.071	184.928
Total	8.258.534	8.078.467	25.886	26.416	18.106.496	20.963.228

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2016	2015
Impostos sobre a Receita		
ICMS (1)	4.408.842	3.658.807
PIS-PASEP	299.345	346.913
COFINS	1.378.813	1.597.902
ISSQN	535	434
	6.087.535	5.604.056
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	58.056	45.151
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	2.039.925	2.844.510
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	23.222	18.060
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	23.222	18.060
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	11.612	9.031
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	360.012	1.066.859
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	15.957	14.636
	2.532.006	4.016.307
	8.619.541	9.620.363

(1) A partir de 01 de janeiro de 2016, a alíquota dos consumidores comerciais, serviços e outras atividades foi alterada de 18% para 25% (Decreto nº 46.924, de 29 de dezembro de 2015).

26. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

Energia Elétrica Comprada para Revenda	2016	2015
Energia de Itaipu Binacional	1.143.974	1.734.227
Contratos por Cotas de Garantia Física	549.945	252.485
Cotas das Usinas de Angra I e II	216.906	199.731
Energia de Curto Prazo	680.008	849.444
Contratos Bilaterais	284.832	309.579
Energia adquirida em Leilão	2.586.410	4.098.355
PROINFA	323.446	252.639
Créditos de PASEP/COFINS	(525.110)	(703.638)
	5.260.411	6.992.822

27. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

a) Pessoal e Administradores	2016	2015
Pessoal	1.378.973	1.209.244
Remuneração	652.641	601.738
Encargos	229.294	213.375
Previdência privada - Corrente	65.761	55.893
Programa de demissão voluntária	6.072	1.689
Despesas rescisórias	70.344	2.383
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	9.790	94.815
Outros benefícios - Corrente	125.588	100.893
Benefícios pós-emprego - Prev. Privada - Déficit ou superávit atuarial	39.746	-
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	190.883	121.204
Outros	(11.146)	17.254
Administradores	8.131	6.430
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	6.728	5.881
Benefícios dos administradores	1.403	549
Total	1.387.104	1.215.674

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2016, a Companhia criou o PDVP, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorreu no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia.

b) Serviços de Terceiros	2016	2015
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	140.281	121.876
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	202.718	179.976
Comunicação	70.535	72.799
Conservação e Limpeza de Prédios	65.491	69.838
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	6.236	27.564
Corte e Religação	7.417	25.755
Podas de Árvores	13.624	22.985
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	17.038	17.090
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	41.519	40.359
Mão de Obra Contratada	7.884	3.187
Hospedagem e Alimentação	9.069	12.095
Vigilância	10.482	11.909
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	3.372	4.638
Manutenção e Conservação de Veículos	4.779	7.251
Reprografia e Publicações Legais	14.064	11.647
Consultoria	4.972	7.709
Outros	54.342	60.806
	673.823	697.484

c) Provisões (Reversões) Operacionais	2016	2015
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	380.966	174.872
Ajuste para perdas em Outros Créditos a Receber (1)	34.946	-
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	91.750	6.563
Cíveis	29.815	19.461
Tributárias	439	(6.108)
Ambientais	(60)	9
Regulatórias	2.270	10.033
Outras	3.964	4.242
	128.178	34.200
	544.090	209.072

(1) O Ajuste para perdas em Outros Créditos a Receber é apresentado na demonstração de resultado como despesa operacional.

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	130.079	60.092
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	264.890	220.507
Variações Cambiais	59.491	76.199
Variações Monetárias	35.889	8.434
Variação Monetária Depósitos Vinculados a Litígios	28.731	119.535
Multas Contratuais	-	13.937
Variação Monetária - CVA	500.034	166.991
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(27.729)	(17.187)
Outras	28.118	12.375
	1.019.503	660.883
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(713.251)	(549.791)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(74.330)	(93.197)
Variações Cambiais	(34.462)	(168.348)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(169.558)	(272.590)
Variação Monetária de P&D e PEE	(30.806)	(19.356)
Variação Monetária - CVA	(295.682)	(98.842)
Outras Variações Monetárias	(6.178)	(3.883)
Outras	(49.315)	(22.805)
	(1.373.582)	(1.228.812)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(354.079)	(567.929)

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	8.851	12.462	-	-	(30.418)	(23.346)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	-	185.105	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	621	1.563	-	-	(6.196)	(2.898)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.714	3.710	17.505	11.464	39.822	37.258	(151.109)	(206.422)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	293	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.037	10.519	-	-	(77.819)	(105.700)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	17.636	15.639	-	-	(152.783)	(137.697)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.755	-	-	-	(49.346)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	710	1.478	-	-	(6.944)	(6.365)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	71.340	18.674	-	-	152.016	149.813	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.111	6.616	-	-	(64.943)	(60.404)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.460	1.652	-	-	(13.605)	(16.838)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	253	811	-	-	3.025	4.829	-	-
Prestação de Serviço (4)	-	-	3.399	955	-	-	(11.861)	(11.449)
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	463.368	302.865	-	-	78.845	17.943	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	14.679	4.968	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (5)	-	-	62.420	55.040	-	-	(114.076)	(93.197)
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(67.538)	(58.863)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(18.500)	(16.262)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	5.948	1.194	-	-	(26.607)	(14.160)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (5)	-	-	1.001.702	781.220	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	72.463	56.345	-	-	(136.901)	(107.171)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	1.213.271	937.444	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016.
- (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 21);
- (6) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel do edifício sede;
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 8, 17 e 25 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2016	2015
				Cemig Distribuição 24,94%	Cemig Distribuição 22,22%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.427	2.520
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	-	11.076
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	2.722	2.402
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	13.034	11.884
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	4.832
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	6.041
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.522	2.235
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	632
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	2.470	-
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	2.323	-
				24.498	41.622

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	2016	2015
Remuneração	7.430	5.881
Participação nos Resultados (Reversão)	(429)	761
Benefícios Assistenciais	702	548
Total	7.703	7.190

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Investimentos Temporários, no montante de R\$16.632 em 31 de dezembro de 2016 e R\$37.139 em 31 de dezembro de 2015, incluído na nota explicativa nº 7. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$16.628 em 31 de dezembro de 2016 e R\$37.082 em 31 de dezembro de 2015, foi mensurado considerando informações do Nível 2;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Passivos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$6.198.251 (R\$7.020.042 em 31 de dezembro de 2015) e o valor justo é de R\$6.089.851 (R\$6.427.743 em 31 de dezembro de 2015), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2016		2015	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	7.072	23.049	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	62.320	206.827	82.983	314.859
	69.392	229.876	91.206	346.968
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	-	-	660	2.804
Passivo Líquido Exposto		229.876		349.772

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar em relação ao Real no final de 2017 será uma valorização de 2,82% (R\$3,351). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2016	Cenário Dólar R\$3,351	Cenário Dólar R\$4,189	Cenário Dólar R\$5,027
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	23.049	23.700	29.627	35.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	206.827	212.666	265.848	319.031
Passivo Líquido Exposto	229.876	236.366	295.475	354.585
Efeito Líquido da Variação Cambial		6.490	65.599	124.709

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2016	2015
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 6)	343.627	277.497
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	342.358	288.759
Fundos Vinculados	89	89
Ativos Financeiros Setoriais (nota 15)	2.368.878	3.292.381
Outros Créditos com a Eletrobrás	90.065	-
	3.145.017	3.858.726
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 19)	(3.475.681)	(4.097.895)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 15)	(2.776.128)	(1.942.725)
	(6.251.809)	(6.040.620)
Passivo Líquido Exposto	(3.106.792)	(2.181.894)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa SELIC será de 9,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 9,00%	Cenário SELIC 11,25%	Cenário SELIC 13,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 6)	343.627	374.553	382.285	390.017
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	342.358	373.170	380.873	388.576
Fundos Vinculados	89	97	106	116
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	2.368.878	2.582.077	2.635.377	2.688.677
Outros Créditos com a Eletrobrás	90.065	98.171	100.197	102.224
	<u>3.145.017</u>	<u>3.428.068</u>	<u>3.498.838</u>	<u>3.569.610</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 19)	(3.475.681)	(3.788.492)	(3.866.695)	(3.944.898)
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	(2.776.128)	(3.025.980)	(3.088.442)	(3.150.905)
	<u>(6.251.809)</u>	<u>(6.814.472)</u>	<u>(6.955.137)</u>	<u>(7.095.803)</u>
Passivo Líquido Exposto	(3.106.792)	(3.386.404)	(3.456.329)	(3.526.193)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(279.612)	(349.507)	(419.401)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2016	2015
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(2.625.162)	(2.683.281)
Dívida Pactuada c/ Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(570.184)	(587.984)
	<u>(3.195.346)</u>	<u>(3.271.265)</u>
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(3.195.346)	(3.271.265)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, o IPCA será de 4,70%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,70%	Cenário IPCA 5,88%	Cenário IPCA 7,05%
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(2.625.162)	(2.748.545)	(2.779.522)	(2.810.236)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(570.184)	(596.983)	(603.711)	(610.382)
Passivo Líquido Exposto	(3.195.346)	(3.345.528)	(3.383.233)	(3.420.618)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(150.182)	(187.887)	(225.272)

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Na data base destas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.201	290.958	1.698.230	4.850.323	1.721.524	8.574.236
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.863	23.875	64.680	432.009	311.981	840.408
	21.064	314.833	1.762.910	5.282.332	2.033.505	9.414.644
Pré-fixadas						
Fornecedores	890.039	159.324	-	-	-	1.049.363
	911.103	474.157	1.762.910	5.282.332	2.033.505	10.464.007

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões

- Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

- Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
- Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2016	2015
Total do Passivo	20.992.098	18.708.350
Caixa e Equivalentes de Caixa	(426.074)	(318.834)
Fundos Vinculados	(89)	(89)
Passivo Líquido	20.565.935	18.389.427
Total do Patrimônio Líquido	1.714.273	2.022.394
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	12,00	9,09

31. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo

divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Investimentos Temporários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.440	-	10.440	-
Letras Financeiras – Bancos	230.661	-	230.661	-
Letras Financeiras do Tesouro	61.463	61.463	-	-
Debêntures	23.162	-	23.162	-
	325.726	61.463	264.263	-

	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Investimentos Temporários				
Certificados de Depósitos Bancários	41.785	-	41.785	-
Letras Financeiras – Bancos	135.193	-	135.193	-
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	27.491	-	-
Debêntures	47.151	-	47.151	-
	251.620	27.491	224.129	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

32. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis Regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (2)	Prêmio Anual (2)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal (1)	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2016 a 28/04/2017	US\$ 3.613 US\$ 14.000	US\$ 60
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2016 a 01/10/2017	R\$ 94.930	R\$ 143
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2017 a 07/01/2018	R\$ 1.073.416	R\$ 232
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2017 a 07/01/2018	R\$ 17.208	R\$ 7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (3)	Total	07/12/2016 a 06/12/2017	R\$ 563.637	R\$ 703

(1) Nova vigência: de 29 de abril de 2017 a 28 de abril de 2018

(2) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$214.035 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.509.541	1.666.391	924.484	721.660	491.825	884.350	6.198.251
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.266.453	1.425.841	1.578.041	1.753.946	1.829.219	98.573.526	106.427.026
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	162.400	231.834	238.123	242.603	226.196	8.129.088	9.230.244
Compra de Energia - Leilão	3.009.686	3.084.450	3.478.314	3.667.217	4.294.665	101.895.479	119.429.811
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	297.538	313.824	327.844	345.632	360.926	1.348.181	2.993.945
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	238.545	250.853	258.525	277.288	284.144	11.377.438	12.686.793
Cotas de Garantias Físicas	580.284	611.830	640.140	670.918	700.292	28.051.569	31.255.033
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	62.420	66.165	70.135	74.343	78.803	218.318	570.184
Arrendamentos Operacionais	72.086	67.618	67.618	67.618	67.618	67.618	410.176
	7.198.953	7.718.806	7.583.224	7.821.225	8.333.688	250.545.567	289.201.463

34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E EXTRAORDINÁRIO

Em 24 de maio de 2016, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 3,78%, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2016, até 27 de maio de 2017.

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, que não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa: Encargos Financeiros Capitalizados R\$137.571 (R\$150.017 em 2015).

36. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

	Nota	2016				2015			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
CIRCULANTE									
Caixa e Equivalentes de Caixa		426.074	-	-	426.074	318.834	-	-	318.834
Consumidores		2.414.864	-	-	2.414.864	2.496.149	-	-	2.496.149
Concessionárias e Permissionárias		150.289	-	-	150.289	156.141	-	-	156.141
Serviços em Curso		101.091	-	-	101.091	73.659	-	-	73.659
Tributos Compensáveis		154.990	-	-	154.990	103.034	-	-	103.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		308.520	-	-	308.520	227.445	-	-	227.445
Almoxarifado Operacional		39.799	-	-	39.799	27.664	-	-	27.664
Investimentos Temporários	36.1.1	327.769	-	(89)	327.680	253.280	-	(89)	253.191
Ativos Financeiros Setoriais	36.1.3								
	36.2.1	1.991.205	(1.593.480)	(397.725)	-	860.466	-	(860.466)	-
Ativo Financeiro da Concessão	36.1.3								
	36.2.1								
	36.2.2	-	-	397.725	397.725	-	-	860.466	860.466
Despesas Pagas Antecipadamente		3.017	-	-	3.017	2.803	-	-	2.803
Outros Ativos Circulantes	36.1.1	530.772	-	89	530.861	522.724	268	89	523.081
TOTAL DO CIRCULANTE		6.448.390	(1.593.480)	-	4.854.910	5.042.199	268	-	5.042.467
Bens Destinados à Alienação	36.1.2	1.523	-	(1.523)	-	1.778	-	(1.778)	-
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores		57.829	-	-	57.829	58.453	-	-	58.453
Concessionárias e Permissionárias		76.687	-	-	76.687	75.237	-	-	75.237
Tributos Compensáveis		122.855	-	-	122.855	188.263	-	-	188.263
Depósitos Judiciais e Cauções		1.071.535	-	-	1.071.535	1.030.696	-	-	1.030.696
Investimentos Temporários		14.678	-	-	14.678	35.568	-	-	35.568
Tributos Diferidos	36.2.6	1.406.914	(404.678)	-	1.002.236	1.055.552	(346.910)	-	708.642
Ativos Financeiros Setoriais	36.1.3								
	36.2.1	377.673	(377.673)	-	-	489.190	(489.190)	-	-
Bens e Direitos para Uso Futuro		99	-	-	99	99	-	-	99
Outros Ativos Não Circulantes	36.1.2								
	36.2.5	30.316	(148)	7.076	37.244	6.690	(560)	7.338	13.468
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	36.2.5								
	36.2.1	5.553	-	(5.553)	-	5.560	-	(5.560)	-
Ativo Financeiro da Concessão	36.2.2	-	216.107	-	216.107	-	625.173	-	625.173
							(12.437.656)		
Imobilizado	36.2.2	12.739.862	(12.739.862)	-	-	12.437.656	6	-	-
Intangível	36.2.2	352.457	8.625.180	-	8.977.637	303.803	8.109.365	-	8.413.168
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.256.458	(4.681.074)	1.523	11.576.907	15.686.767	(4.539.778)	1.778	11.148.767
ATIVO TOTAL		22.706.371	(6.274.554)	-	16.431.817	20.730.744	(4.539.510)	-	16.191.234

b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	Nota	2016				2015		
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante								
Fornecedores		1.049.363	-	-	1.049.363	1.307.893	-	1.307.893
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		1.509.541	-	-	1.509.541	3.346.475	-	3.346.475
Obrigações Sociais e Trabalhistas		160.098	-	-	160.098	222.915	-	222.915
Benefício Pós-Emprego		142.347	-	-	142.347	119.803	-	119.803
Tributos		537.856	-	-	537.856	520.769	-	520.769
Encargos Setoriais		308.049	-	-	308.049	459.855	-	459.855
Passivos Financeiros Setoriais	36.1.3							
Passivos Financeiros da Concessão	36.2.1	2.075.314	(1.593.479)	(481.835)	-	-	-	-
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	36.1.3					185.105	-	185.105
Outros Passivos Circulantes		630.136	-	-	630.136	477.144	-	477.144
TOTAL DO CIRCULANTE		6.412.704	(1.593.479)	-	4.819.225	6.639.959	-	6.639.959
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		4.688.710	-	-	4.688.710	3.673.567	-	3.673.567
Benefício Pós-Emprego		2.795.139	-	-	2.795.139	2.108.908	-	2.108.908
Tributos		614.569	-	-	614.569	612.622	19.152	631.774
Provisão para Litígios		347.514	-	-	347.514	291.169	-	291.169
Encargos Setoriais		321.033	-	-	321.033	129.952	-	129.952
Passivos Financeiros Setoriais	36.1.3							
Passivos Financeiros da Concessão	36.2.1	700.814	(377.675)	(323.139)	-	-	-	-
Outros Passivos Não Circulantes	36.1.3							
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	36.2.3	22.621	-	-	22.621	20.057	-	20.057
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	36.2.3	5.088.994	(5.088.994)	-	-	5.232.116	(5.232.116)	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.579.394	(5.466.669)	-	9.112.725	12.068.391	(5.212.964)	6.855.427
TOTAL DO PASSIVO		20.992.098	(7.060.148)	-	13.931.950	18.708.350	(5.212.964)	13.495.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social		2.361.998	-	-	2.361.998	2.361.998	-	2.361.998
Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.2.2	(1.138.842)	356.901	-	(781.941)	(646.877)	244.770	(402.107)
Reservas de Lucros		81.117	428.693	-	509.810	307.273	428.684	735.957
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		410.000	-	-	410.000	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.714.273	785.594	-	2.499.867	2.022.394	673.454	2.695.848
TOTAL DO PASSIVO E PAT.LÍQUIDO		22.706.371	(6.274.554)	-	16.431.817	20.730.744	(4.539.510)	16.191.234

c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	Nota	2016				2015			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes Reclassificado	Reclassificações	Societário Reclassificado
RECEITA		18.106.496	1.109.548		19.216.044	20.963.228	1.619.437		22.582.665
Fornecimento de Energia Elétrica		9.249.604	-	-	9.249.604	9.853.606	-	-	9.853.606
Energia Elétrica de Curto Prazo		1.143	-	-	1.143	50.231	-	-	50.231
Disponibilização do Sistema de Distribuição		9.178.272	-	-	9.178.272	8.161.716	-	-	8.161.716
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(1.451.967)	-	-	(1.451.967)	1.703.627	-	-	1.703.627
Serviços Cobráveis		5.628	-	-	5.628	13.504	-	-	13.504
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		1.000.745	-	-	1.000.745	995.616	-	-	995.616
Receita de Construção	36.2.4	-	1.101.966	-	1.101.966	-	1.043.806	-	1.043.806
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	36.2.2	-	7.582	-	7.582	-	575.631	-	575.631
Outras Receitas		123.071	-	-	123.071	184.928	-	-	184.928
TRIBUTOS		(6.087.535)			(6.087.535)	(5.604.056)			(5.604.056)
ICMS		(4.408.842)	-	-	(4.408.842)	(3.658.807)	-	-	(3.658.807)
PIS-PASEP		(299.345)	-	-	(299.345)	(346.913)	-	-	(346.913)
COFINS		(1.378.813)	-	-	(1.378.813)	(1.597.902)	-	-	(1.597.902)
ISS		(535)	-	-	(535)	(434)	-	-	(434)
ENCARGOS – PARCELA "A"		(2.532.006)			(2.532.006)	(4.016.307)			(4.016.307)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(58.056)	-	-	(58.056)	(45.151)	-	-	(45.151)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(58.056)	-	-	(58.056)	(45.151)	-	-	(45.151)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(2.039.925)	-	-	(2.039.925)	(2.844.510)	-	-	(2.844.510)
Taxa de Fisc. de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(15.957)	-	-	(15.957)	(14.636)	-	-	(14.636)
Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias		(360.012)	-	-	(360.012)	(1.066.859)	-	-	(1.066.859)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO		9.486.955	1.109.548		10.596.503	11.342.865	1.619.437		12.962.302
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(6.020.340)			(6.020.340)	(7.806.135)			(7.806.135)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.260.411)	-	-	(5.260.411)	(6.992.822)	-	-	(6.992.822)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(759.929)	-	-	(759.929)	(813.313)	-	-	(813.313)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		3.466.615	1.109.548		4.576.163	3.536.730	1.619.437		5.156.167
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.709.224)	(958.791)		(4.668.015)	(3.150.243)	(792.726)		(3.972.887)
Pessoal e Administradores		(1.387.104)	-	-	(1.387.104)	(1.215.674)	-	-	(1.215.674)
Materiais		(41.820)	-	-	(41.820)	(50.651)	-	-	(50.651)
Serviços de Terceiros		(673.823)	-	-	(673.823)	(697.484)	-	-	(697.484)
Arrendamentos e Aluguéis		(76.740)	-	-	(76.740)	(75.010)	-	-	(75.010)
Seguros		(2.123)	-	-	(2.123)	(1.985)	-	-	(1.985)
Doações, Contribuições e Subvenções		(11.915)	-	-	(11.915)	(10.175)	-	-	(10.175)
Provisões		(544.090)	-	-	(544.090)	(209.072)	-	-	(209.072)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	36.2.2	(111.606)	-	-	(111.606)	(58.014)	29.918	-	(28.096)
(-) Recuperação de Despesas		28.600	-	-	28.600	28.604	-	-	28.604
Tributos		(5.199)	-	-	(5.199)	(3.845)	-	-	(3.845)
Depreciação e Amortização	36.2.2	(649.670)	125.086	-	(524.584)	(618.646)	174.880	-	(443.766)
Custo de Construção	36.2.4	-	(1.101.966)	-	(1.101.966)	-	(1.043.806)	-	(1,043.806)
Gastos Diversos	36.2.2	(241.436)	18.089	-	(223.347)	(244.552)	46.282	-	(198.270)
Outras Receitas Operacionais		7.702	-	-	7.702	6.261	-	-	6.261
RESULTADO DA ATIVIDADE		(242.609)	150.757		(91.852)	386.487	826.711		1.213.198
Resultado Financeiro		(354.079)	19.152		(334.927)	(567.929)	(19.152)		(587.081)
Receitas Financeiras	36.2.2	1.019.503	19.152	(295.682)	742.793	660.883	(19.152)	(98.843)	542.888
Despesas Financeiras	36.1.3 36.2.2	(1.373.582)	-	295.682	(1.077.900)	(1.228.812)	-	98.843	(1,129.969)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		(596.688)	169.909		(426.779)	(181.442)	807.559		626.117
Impostos sobre o Lucro	36.2.6	160.598	(57.769)	-	102.829	18.647	(274.555)	-	(255.908)
Resultado Líquido do Exercício		(436.090)	112.140		(323.950)	(162.795)	533.004		370.209

d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	Nota	2016	2015	2014 Não Auditado
Patrimônio Líquido Societário		2.499.867	2.695.848	2.482.227
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis				
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	36.2.2	(649.469)	(668.608)	(63.059)
Reavaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR)	36.2.2	(540.803)	(370.908)	(149.746)
Impostos diferidos (PIS PASEP/COFINS)	36.2.6	-	19.152	-
Impostos diferidos (IR/CSLL)	36.2.6	404.678	346.910	72.355
Ajustes no PL Acumulados no exercício		(785.594)	(673.454)	(140.450)
Patrimônio Líquido Regulatório		1.714.273	2.022.394	2.341.777

e) Conciliação do Resultado Líquido Societário e Regulatório

	Nota	2016	2015
Resultado do Exercício - Societário		(323.950)	370.209
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	36.2.2	(7.582)	(605.549)
Amortização - Ativo Financeiro BRR	36.2.2	26.721	-
Depreciação/Amortização - Custo Histórico Base de Remuneração Regulatória (BRR)	36.2.2	(151.806)	(174.880)
Base de Remuneração Regulatória (BRR) - Perdas	36.2.2	(18.089)	(46.282)
Impostos diferidos (PIS PASEP/COFINS)	36.2.6	(19.152)	19.152
Impostos diferidos (IR/CSLL)	36.2.6	57.768	274.555
Total de Ajustes		(112.140)	(533.004)
Resultado do Exercício - Regulatório		(436.090)	(162.795)

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e as Demonstrações Financeiras societárias são como segue:

36.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão identificadas a seguir:

36.1.1 Investimentos Temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em Outros Ativos Circulantes.

36.1.2 Bens Destinados à Alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.27 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em Outros Ativos Não Circulantes.

36.1.3 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados nas contas específicas, de acordo com a sua natureza (ativo ou passivo). O resultado financeiro apurado sobre esses itens é apresentado nas rubricas correspondentes de receita ou despesa, em observância às técnicas de funcionamento 7.2.22 e 7.2.89 do MCSE.

Na contabilidade societária os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados na rubrica Ativo Financeiro da Concessão e Passivo Financeiro da Concessão, somados aos demais ativos e passivos financeiros da concessão. O resultado financeiro é apresentado pelo líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

36.2 Ajustes de Práticas Contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão identificados a seguir:

36.2.1 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Na contabilidade regulatória, os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais são reconhecidos, em contas de ativo e passivo determinadas para este fim, segregados em curto e longo prazo, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE (técnica de funcionamento 7.2.173).

Na contabilidade societária os valores são reconhecidos líquidos no ativo e apresentados na rubrica de Ativos Financeiros da Concessão, juntamente com os demais ativos financeiros, em conformidade com a Deliberação CVM nº 732, aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis através da Orientação Técnica OCPC 08.

36.2.2 Ativos vinculados à concessão

Na contabilidade societária, os saldos dos ativos vinculados à concessão são reconhecidos como ativos financeiros em função do direito incondicional de receber caixa, sem depender da demanda, em conformidade ao previsto na ICPC 01.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos atualizados e ajustados pela Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade a sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária somente são feitas as atualizações financeiras e amortizações do ativo financeiro em conformidade ao recebimento dos valores através das tarifas.

36.2.3 Obrigações Especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica, em observância ao MCSE (técnica de funcionamento 7.2.5).

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas redutoras do ativo financeiro e/ou ativo intangível, conforme ICPC 01_R1.

36.2.4 Receita de Construção e Custo de Construção

Na contabilidade regulatória não são registradas receitas e despesas de construção.

Na contabilidade societária são registradas receitas e despesas de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão, em conformidade ao previsto na ICPC 01 – Contratos de Concessão e CPC 17 – Contratos de Construção.

36.2.5 Outros Ativos Não Circulantes

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos investimentos são apresentados na rubrica Bens e Atividades Não Vinculados à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, conforme determinação do MCSE.

Na contabilidade societária os valores referentes a esses investimentos são apresentados na rubrica de Outros Ativos Não Circulantes.

36.2.6 Efeitos fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia registrou os efeitos fiscais correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$147.575, correspondente à adesão de 908 empregados até a data mencionada.

Aumento de Capital Social

Em 12 de maio de 2017, as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária aprovaram o aumento de capital social da Cemig D, no valor de R\$410.000. O capital social, que era de R\$2.361.998, passou para R\$2.771.998, através da integralização dos recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital-AFAC, sem emissão de novas ações.

Reajuste Tarifário

Em 23 de maio de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, através da Resolução Homologatória nº 2.248/2017, o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Cemig Distribuição a vigorar a partir de 28 de maio de 2017, resultou na redução média de 10,66% nas tarifas dos consumidores atendidos pela Cemig Distribuição.

Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT


Em 25 de outubro de 2017, a Cemig aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos montantes atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a

outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT, no montante de R\$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, será liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, que deverão ser atualizadas pela taxa de 50% da Selic. A primeira parcela, no montante de R\$93.539, foi quitada em 31 de outubro de 2017.

Os efeitos da adesão ao PRCT reconhecidos no resultado do período findo em 30 de setembro de 2017 nos grupos de deduções de vendas, despesas operacionais e despesas financeiras, montam R\$532.455, R\$1.084 e R\$24.134, respectivamente.


Bernardo Alfonso Salomão de Alvarenga
Diretor Presidente



Bernardo Alfonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente, interina e
cumulativamente


Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

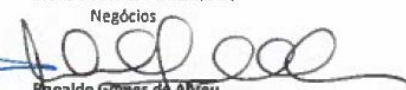

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial


Dêmas Costa
Diretor Comercial


José Maria Rabelo
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios



Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação


Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico


Ronaldo Gomes de Almeida
Diretor de Distribuição e
Comercialização, interinamente


Estelani Aparecida Gonçalves
Diretoria sem denominação específica


Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos


Leonardo Gomes de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140


Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Auditoria societária

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de abril de 2017.

Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias de 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5. às demonstrações contábeis regulatórias, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia referente à classificação da realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial - Base de Remuneração Regulatória - BRR, os valores correspondentes das demonstrações contábeis regulatórias relativos ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 e à demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 (equivalente à IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2, nº 3 e nº 25 às demonstrações contábeis regulatórias, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em virtude da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade de a Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações contábeis regulatórias, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar esse principal assunto de auditoria incluíram: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita; (ii) obtenção da totalidade de lançamentos contábeis com o objetivo de selecionar lançamentos contábeis nas contas de receita com características de interesse específicas (lançamentos contábeis manuais) com o intuito de identificar eventuais lançamentos potencialmente indevidos; (iii) exame documental para lançamentos contábeis selecionados com o objetivo de avaliar sua substância econômica, relação com as atividades da Companhia e adequado tratamento contábil; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação-suporte de auditoria e supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de

independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089422/O-0

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.



Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Presidente



Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com Investidores



Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC MG 53.140



Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
CRC MG 85.260

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:
(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis Regulatórias relativas ao exercício de 2016 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia, segundo as normas contábeis regulatórias, e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2017.

- aa.) Manuel Jeremias Leite Caldas
- Arthur Maia Amaral
- Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
- Marcos Túlio de Melo